

CAMPO GRANDE: CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

PROGRAMA DE GOVERNO POPULAR E DEMOCRÁTICO PARA
CAMPO GRANDE – 2025/2028



"Emprestamos o que está no
coração da nossa gente
e transformamos em esperança.
Agora, importa-nos
fazer esta esperança se tornar a
cidade que nós sonhamos".

- CAMILA JARA

“MINHA MAIOR ALEGRIA SERÁ TRANSFORMAR A CIDADE ONDE NASCI NA CIDADE DOS NOSSOS SONHOS”

Sou movida a desafios e as dificuldades com as quais me deparo na vida me motivam a lutar sempre mais para seguir em frente na busca de soluções e novos projetos. Desde muito cedo aprendi a ver a política como o espaço privilegiado para a construção de uma sociedade mais democrática, mais justa e solidária. Empolgava-me a ideia de que eu poderia ser um instrumento para a busca de dias melhores para nosso povo. A política sempre esteve presente na minha vida. Ainda muito pequena era levada por meus pais a reuniões e eventos do meu partido, minha avó foi umas das primeiras militantes do PT em Campo Grande, e, portanto, no seio da minha família, aprendi a gostar e a me interessar cada vez mais pela vida pública e entrei de cabeça no projeto de dar o melhor de mim na militância partidária.

Depois de passar pela Câmara Municipal como a única mulher entre os vereadores e de ser eleita deputada federal, ampliando meus conhecimentos e articulações políticas na Câmara dos Deputados e no governo federal, fui convocada pelo meu partido para disputar a prefeitura da capital e para fazer uma administração que marcará a história dessa cidade, inaugurando aqui um novo jeito de administrar, que tenha como fundamento a ampliação da participação da sociedade, particularmente dos setores populares, aperfeiçoando as políticas públicas e implementando um programa de governo que seja capaz de induzir o desenvolvimento socioeconômico, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Motiva-me muito implantar um projeto que explore as vocações econômicas do município, com geração de oportunidades de trabalho e investimentos, que resulte na melhoria da qualidade de vida para o conjunto da população. Quero empregar a energia e o entusiasmo da minha juventude e aliá-la à experiência e à história do meu vice Zeca do PT para juntos governar Campo Grande com transparência e compromisso de bem cuidar da nossa gente.

Minha maior alegria e realização será transformar a cidade onde nasci na cidade dos nossos sonhos. Sinto-me preparada e, mais do que isso, motivada a enfrentar mais esse desafio na minha vida. Tenho ótima relação com deputados estaduais, deputados federais e senadores e uma excelente articulação com os ministros do governo federal, com os quais pretendo discutir

projetos de investimento na infraestrutura, serviços e atração de empresas para nossa cidade morena. Pretendo estabelecer parcerias com os programas do governo do presidente Lula para enfrentar as desigualdades sociais, otimizar a prestação dos serviços de saúde, educação, assistência social e outros setores importantes para a população. Quero investir na cultura, em políticas para a juventude e os idosos, promover ações e políticas afirmativas contra a discriminação racial e étnica, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de combate à violência de gênero, voltadas à afirmação da cidadania e defesa da igualdade de direitos e oportunidades para todos e todas.

Nosso futuro se constrói agora. Nossos sonhos podem se tornar realidade, se acreditarmos que somos capazes e que juntos podemos fazer muito mais. Nossa cidade precisa ser bem cuidada como a extensão de nossas casas e as melhorias não podem ficar restritas à região central. Não esqueceremos de ninguém. Contem comigo. Faça parte também dessa nova história que faremos em Campo Grande.

- CAMILA JARA

"CAMPO GRANDE SABE QUE PODE CONTAR COMIGO"

Depois de uma longa trajetória política em nosso estado como deputado estadual, governador, vereador da capital e deputado federal, estou me apresentando como companheiro de chapa da Camila Jara na condição de candidato a vice-prefeito para disponibilizar toda a minha experiência de parlamentar e de gestor público e ajudar a fazer uma administração que marque a história de Campo Grande, transformando esta cidade num lugar onde todos os seus cidadãos e cidadãs possam ter direitos assegurados, ter acesso a oportunidades, viver com dignidade e construir um futuro de prosperidade.

Quando governei o nosso querido Mato Grosso do Sul, assumi um estado falido, com uma máquina administrativa incapaz de oferecer serviços públicos de qualidade à população, com quatro meses de salários atrasados dos servidores públicos, sem capacidade de investimentos e sem projetos de desenvolvimento. Em pouco mais de um ano, não só arrumamos a casa colocando pagamentos em dia com fornecedores e servidores, como também modernizamos a administração e recuperamos a capacidade de investimentos do estado, aumentando a arrecadação sem fazer terrorismo fiscal, atraímos empresas e indústrias para a geração de empregos e implementamos projetos e programas estruturantes que até hoje, passados mais de vinte anos, são responsáveis por inúmeras políticas públicas no estado. Mas, sem dúvida, a principal marca da nossa administração foram nossos programas de inclusão social, como o Bolsa Escola, Segurança Alimentar, Cursinho Popular e o Banco do Povo, que estenderam as mãos do estado às famílias mais pobres e garantiram dignidade para nossa gente.

Convocado mais uma vez pelo meu partido, não pude me furtar neste momento para me apresentar como candidato a vice-prefeito e ajudar a Camila Jara, essa jovem ousada e corajosa, grande revelação da política nas últimas eleições, a administrar Campo Grande de forma responsável e eficiente, com participação popular e entregando à população serviços públicos de qualidade. Nossa capital foi muito mal administrada nos últimos anos, passando da demagogia à incompetência, e hoje está com suas finanças comprometidas, folha de pagamentos inchada, inclusive com uma tal folha secreta de contratações, com obras paralisadas e deteriorando no tempo, equipamentos públicos sucateados e serviços públicos

de baixa qualidade, principalmente na área da saúde, e com os bairros periféricos literalmente abandonados.

Campo Grande sabe que pode contar comigo. Vou dedicar toda minha energia e toda minha experiência administrativa para contribuir com uma administração que faça a diferença, melhore a vida dos campo-grandenses e projete nossa capital no cenário nacional como uma cidade mais igualitária, democrática, moderna e acolhedora. Vou ser um articulador junto ao governo do presidente Lula dos recursos que nossa cidade vai precisar para sair da morosidade e ineficiência e caminhar a passos largos rumo ao desenvolvimento.

- ZECA DO PT

ÍNDICE

A Cidade que temos	08
A Cidade e o futuro que queremos	12
1. Uma cidade para o futuro: Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura e Habitação	16
2. Campo Grande: cidade de oportunidades – Desenvolvimento econômico, política agrária, emprego e renda, turismo	25
3. Educação Cidadã	33
4. Saúde Integral com Qualidade	36
5. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	39
6. Cultura na Cidade que Queremos	41
7. Assistência Social e Garantia de Direitos	46
8. Juventude, Esporte e Lazer	50
9. A Cidade do Respeito às Pessoas: Direitos Humanos e Segurança Pública	53
10. A Cidade da Diversidade: Comunidades Indígenas no contexto urbano, Igualdade Racial e Comunidade LGBTQIAPN+	56
11. Uma Campo Grande Para Todas as Mulheres	60
12. Cidade Acessível: Transporte Público e Mobilidade Urbana	64
13. Gestão Administrativa Democrática e Eficiente	68

A CIDADE QUE TEMOS

O município de Campo Grande, com uma área de 8.092,95 km², está localizado geograficamente na porção central de Mato Grosso do Sul. Conta hoje com uma população estimada em 898.100 mil habitantes (Censo 2022) sendo 52,02% de mulheres e 47,98% de homens, representando 32% da população de Mato Grosso do Sul, e está na 17ª posição dos municípios com maior número de habitantes. A população urbana representa 98,66% (uma das mais altas taxas de urbanização do Brasil) e a rural é de apenas 1,34%.

O município é formado pela sede municipal, área rural e dois distritos, Anhanduí (4.500 habitantes) e Rochedinho (1.100 habitantes).

A sede municipal se divide em sete regiões urbanas e possui 79 bairros. Os 10 bairros mais populosos são: Aero Rancho (36 mil), Nova Lima (35,5), Vila Nasser (25,6), Centro-Oeste (24,8), Santo Amaro (23,5), Moreninha (22,7), Tiradentes (21,8), Universitário (21,7), Coronel Antonino (20,3), Popular (18,8). O bairro de maior crescimento populacional é o bairro Noroeste (98,4%). (IBGE 2010)

É significativa na cidade a presença de indígenas provenientes de diferentes etnias sul-mato-grossenses, correspondendo a 18.434 pessoas. A população quilombola é de 735 pessoas. (IBGE 2022)

A idade média da população é 35 anos e o índice de envelhecimento é 49,30%, sendo que esse índice teve um crescimento de 66% entre 2010 e 2022, indicando uma mudança acelerada no padrão demográfico de Campo Grande e a necessidade de políticas públicas específicas para as pessoas idosas.

Campo Grande é muito grande, mas é vazia. Sua área urbana de quase 36.000 ha é muito grande para uma população de 898.100 habitantes (IBGE 2022), mantendo grandes áreas vazias, sem uso, mas, com alto custo de manutenção. Pouca gente nesse grande território significa uma densidade média bruta de 24,99 hab./ha. Uma densidade baixa torna a cidade muito cara para sua população e deficiente na oferta de infraestrutura e serviços públicos.

Cada quilômetro de rua existente representa custos de pavimentação, rede de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo, varrição, atendimento com transporte coletivo, que divididos por um pequeno número de usuários se torna caro e inviável, além da necessidade de equipamentos sociais como escolas, unidades de saúde, entre outros. A população de mais baixa renda é a mais atingida pelas consequências da baixa densidade, vez que não possui recursos para pagar a implantação dessa infraestrutura e se submete a morar em bairros precários, tornando-se excluída social e territorialmente da cidade.

Campo Grande é muito rica e desenvolvida economicamente, mas, exclui grande parcela da população que fica às margens das áreas dotadas de infraestrutura completa e de todos os serviços públicos. Com um PIB de 34,7 bilhões (IBGE 2021), 35ª posição no Brasil e PIB per capita de 37.916,06 (IBGE 2021) e o IDHM 0,784 (IBGE 2021), a 12ª posição entre as capitais, Campo Grande é desigual, onde a renda nominal média mensal da população é de R\$ 1.013,79 (IBGE 2010) e na Região Urbana do Anhanduizinho, região mais pobre da cidade, cai para R\$ 655,34. O bairro mais rico de Campo Grande tem renda nominal média mensal da população de R\$ 4.344,48 (IBGE 2010) enquanto o mais pobre tem renda nominal média mensal da população de R\$ 338,81, evidenciando a grande disparidade econômica entre as camadas sociais da cidade.

Existem 14.933 pessoas em situação de extrema pobreza (IBGE 2010), situação que certamente se agravou na última década, principalmente em função da Pandemia de Covid -19, em que as famílias em situação de vulnerabilidade foram as mais prejudicadas. Atualmente são 191.189 famílias cadastradas no Cadastro Único (2024) e destas, 56.737 famílias em situação de pobreza, 41.363 famílias em situação de baixa renda e 93.089 famílias com renda per capita acima de ½ salário mínimo. O número de pessoas cadastradas no CADÚNICO é de 426.452, o que significa 47,48% da população total de Campo Grande. Existem 137.532 pessoas em situação de pobreza e 99.988 pessoas em situação de baixa renda e 188.932 pessoas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo. Quanto à bolsa família são 55.348 famílias atendidas e 155.145 pessoas.

Campo Grande além de ser desigual, é injusta e segregadora, é uma cidade que possui dois territórios bem distintos e definidos onde um é bem cuidado e dotado de infraestrutura completa

e outro onde falta infraestrutura, equipamentos sociais, falta lazer e falta qualidade de vida e é nesse território que vive a população de menor renda, excluída das benfeitorias da cidade e separada socialmente e territorialmente das áreas bem urbanizadas.

Entre as piores mazelas da cidade está a falta de habitação digna para uma parcela da população que mora em assentamentos precários, favelas e bairros sem infraestrutura. Há uma grande contradição na produção habitacional na cidade, em que se percebe uma atividade intensa na construção civil, com a construção de muitas habitações e apartamentos, inclusive de luxo, situados em áreas privilegiadas, próximas ao centro e com toda infraestrutura, e a falta de habitações para a população de menor renda.

O Índice de Progresso Social – IPS mede o desempenho das sociedades com base inteiramente em resultados sociais e ambientais, e não os econômicos, e considera três dimensões: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades, que são desdobradas em vários indicadores. De acordo com o IPS Brasil 2024 Campo Grande tem a pontuação de 68,21, ficando na 8ª posição no ranking das capitais. Embora o desempenho geral da nossa capital seja bom, os três piores índices, Saúde e Bem Estar, 55,54, Direitos Individuais, 47,70 e Inclusão Social, 30,23 reforçam a condição de exclusão e desigualdade nos territórios campo-grandenses.

A nossa Campo Grande precisa ser de fato de todas as pessoas, precisa ser planejada de forma holística, considerando que a cidade é um ecossistema urbano e todos os seus aspectos, sejam físicos, territoriais, econômicos, sociais, culturais e ambientais, estão intrinsecamente ligados e precisam de um planejamento sistêmico e ações integradas.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasil – IDSC-BR, Campo Grande tem uma pontuação geral de 54,66 de 100,00, e a classificação geral de 585 entre os 5.570 municípios brasileiros, com um nível de desenvolvimento sustentável Médio. Essa pontuação é muito baixa se considerarmos o alto PIB de Campo Grande, denotando que falta investimento público em algumas áreas prioritárias da cidade e, principalmente, falta equidade na distribuição e aplicação dos recursos no território urbano. Esse índice é baseado nos indicadores de cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Considerando o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasil, dos 17 ODS, Campo Grande tem desenvolvimento Muito Alto em apenas 1 (uma) ODS, Alto em 5, Médio em 3, Baixo em 4 e Muito Baixo em 4. Esse resultado demonstra que Campo Grande precisa avançar muito na implementação de políticas públicas equânimes em todas as áreas do desenvolvimento como na Saúde, Educação, Assistência Social, Combate à Fome e à Pobreza, Direitos Humanos, Segurança, Equidade de Gênero, Desenvolvimento Econômico, Agrário, Trabalho Decente, Emprego e Renda, Redução das Desigualdades, Habitação Digna, Universalização da Infraestrutura e Serviços Públicos, Meio Ambiente e Ações Contra as Mudanças Climáticas e uma Gestão Inteligente, Democrática, Inclusiva e Sustentável.

A CIDADE E O FUTURO QUE QUEREMOS

Em 2025 vamos completar o primeiro quarto do Século XXI, um século em que precisamos revolucionar a maneira como temos conduzido a nossa relação com o Planeta Terra, a nossa casa maior. As grandes transformações ambientais ocorridas até então evidenciam que o nosso modelo predatório de exploração ambiental tem prejudicado o presente e comprometido o futuro das gerações e é no local que podemos agir e transformar a casa que vivemos, o nosso território, a nossa cidade!

Campo Grande merece uma gestão democrática com uma marca forte na ampliação da participação da sociedade, particularmente dos setores populares, contribuindo para aperfeiçoar as políticas públicas e implementar um programa de governo que seja capaz de induzir o desenvolvimento socioeconômico, promovendo a inclusão, a sustentabilidade ambiental, explorando as vocações econômicas locais e descobrindo novas, com geração de oportunidades de trabalho e investimentos, resultando na promoção da qualidade de vida para o conjunto da sua população.

As políticas neoliberais do estado mínimo, privatizado e excludente, mostraram-se responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades sociais e incapazes de responder às necessidades da sociedade. Mais do que nunca, a realidade nos mostra que necessitamos de um estado forte, presente na vida dos cidadãos, que realize políticas que garantam o acesso das pessoas a serviços públicos de qualidade, como condição da garantia de direitos, e fazendo a mediação dos conflitos existentes na vida social, tendo sempre como parâmetro o interesse maior da coletividade.

Nossa cidade precisa ser bem cuidada como a extensão de nossas casas, e as melhorias urbanas não podem ficar concentradas no centro da cidade. É fundamental que o poder público municipal dê especial atenção aos bairros periféricos, que padecem pela falta de pavimentação asfáltica, iluminação pública, segurança, limpeza urbana, atendimento adequado nas unidades de saúde e tenham transporte coletivo eficiente e acessível, para que todos possam desfrutar de espaços, equipamentos e serviços públicos de qualidade.

Precisamos de investimentos e incentivos que promovam o desenvolvimento do comércio e a prestação de serviços nas mais diversas regiões da cidade, reforçando as Zonas de Centralidades já existentes e a formação de novos polos de atividades nos bairros, incrementando pequenos e médios empreendimentos, gerando emprego e renda, apoiando a economia solidária e fortalecendo a economia local. É necessário o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico, como a Rota Bioceânica, para que gere desenvolvimento social, cultural, econômico e urbanístico para todos os bairros impactados por esse grande empreendimento.

A área urbana cresceu a partir de um planejamento clientelista, atendendo alguns setores da sociedade, que resultou em extensos vazios urbanos com muita especulação imobiliária, levando conjuntos habitacionais populares para regiões distantes, sem equipamentos sociais e infraestrutura adequada, formando bolsões de pobreza, com grande número de população excluída das benfeitorias da cidade. O distanciamento dos bairros mais populosos em relação ao centro e aos locais de emprego forçam a utilização do carro como forma de locomoção e se torna desfavorável a uma política de mobilidade urbana sustentável, que deve incluir ônibus elétricos, mobilidade ativa por meio calçadas caminháveis e acessíveis, de ciclovias e ciclofaixas e de toda infraestrutura cicloviária. A cidade deve investir em ações urbanísticas de melhoria dos bairros e regiões urbanas, incentivar a ocupação dos vazios urbanos para proporcionar novos espaços de trabalho, convivência e lazer, com novos padrões de socialização e identificação dos habitantes com sua cidade, valorizando a memória e as expressões públicas de diferentes identidades culturais.

Faz-se necessário o cuidado com o meio ambiente, a gestão sustentável dos recursos naturais, protegendo nascentes e garantindo a qualidade da água nos córregos e mananciais do município, preservando e ampliando os parques, praças por toda área urbana, promovendo o plantio de hortas e florestas urbanas. É preciso potencializar o uso das áreas vazias para a produção de alimentos e combate à fome, bem como para contribuir com um projeto de descarbonização que é tão urgente e necessário para amenizar os efeitos das mudanças climáticas.

Campo Grande precisa modernizar sua administração, por intermédio das ferramentas da Cidade

Inteligente, que forneçam informações precisas para o planejamento sistêmico e formulação de políticas integradas de educação, saúde, habitação, assistência social, segurança, e soluções racionais de urbanismo, infraestrutura, transporte e trânsito, mobilidade e preservação ambiental. Para tal, deve promover a gestão democrática, fortalecendo os Conselhos Regionais, os Conselhos Municipais, fóruns e instâncias de diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais, bem como pela realização de conferências municipais setoriais representativas e parcerias com as universidades para a produção científica que resulte em benefícios a toda comunidade. Desenvolver políticas de valorização e qualificação permanente do funcionalismo público, visando racionalizar e melhorar o atendimento à população.

É fundamental garantir a dignidade da pessoa humana e para isso é necessário promover ações e políticas afirmativas contra a discriminação racial e étnica, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, voltadas à afirmação da cidadania e defesa da igualdade de direitos e oportunidades para todos, todas e todes. O município constitui-se, potencialmente, hoje, no mais importante espaço de democratização da ação pública e de construção da cidadania. A identidade cidadã, para configurar-se, pressupõe que haja um profundo processo de diálogo entre a administração pública e quem vive a cidade no dia a dia, em cada uma de suas especificidades. A população precisa ter o poder de decisão sobre as políticas a serem implementadas, inclusive sobre o orçamento público.

Queremos a sedimentação de políticas cuja maturação vai além de quatro anos de gestão, criando pontos que impeçam retrocessos e visando a busca de novos patamares de serviços públicos e de administração, com transparência e eficácia, capazes de promover e garantir o desenvolvimento humano, social, público, cultural e econômico de todos os cidadãos e cidadãs.

Campo Grande precisa e quer uma nova forma de administração, uma gestão com ideias e propostas inovadoras e responsáveis e que tenha um compromisso real com toda sociedade, sem deixar ninguém para trás. É no espaço urbano que se apresentam as maiores desigualdades e injustiças sociais, assim como a pobreza extrema, a violência, o desemprego, a violação de direitos, enfim a falta de acesso pleno à cidade.

A Agenda 2030, da ONU, apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem ser “integrados e indivisíveis” e equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. A ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis pressupõe a necessidade de uma gestão urbana e ambiental que considere todas as ODS, desde o combate à fome, a redução das desigualdades, a educação de qualidade, saúde e bem-estar, equidade de gênero e todos os demais de forma transversal e integrada em todas as políticas públicas municipais. Vamos tornar Campo Grande uma capital modelo com infraestrutura completa e de qualidade, moradia digna, com ciclovias e transporte público que caminhe para a Tarifa Zero e conecte todos os bairros da cidade entre si e ao centro, uma cidade justa e equitativa.

Isso significa que Campo Grande precisa rever o seu desenvolvimento, a nossa cidade que hoje exclui e segrega precisa de uma gestão mais humana onde todas as pessoas tenham valor, direitos e voz para construir uma cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável.

Para a consecução de tais objetivos, apresentamos compromissos e propostas articuladas entre si, para o desenvolvimento de um Programa de Governo para a construção de uma cidade democrática e cidadã.

1. UMA CIDADE PARA O FUTURO: DESENVOLVIMENTO URBANO, INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

Falar de Desenvolvimento Urbano é falar de Desenvolvimento Sustentável porque não há como dissociar o meio urbano do meio ambiente e a cidade é o habitat do ser humano. Atualmente, cerca de 56% da população mundial vive nas cidades. Em Campo Grande 98,6% da população vive na área urbana do município.

Partindo da premissa que a cidade é um ecossistema urbano formado por um sistema natural e um sistema cultural e todas as suas funções são interligadas e inter-relacionadas, o nosso maior desafio será a promoção do desenvolvimento sustentável, que compreende a articulação entre desenvolvimento social, ambiental e econômico, de modo a garantir a preservação da vida em todas as suas dimensões e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras. Isso implica a perspectiva de que os ganhos e benefícios do crescimento econômico sejam apropriados por toda a população, ou seja, crescimento, estabilidade e distribuição. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e a inclusão social não devem acarretar o desequilíbrio ecológico ambiental e destruir os recursos naturais. A sustentabilidade é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a degradação da vida e as desigualdades.

O Direito à Cidade, assegurado na nossa Constituição Federal, é um direito humano e coletivo, fundamental e está intimamente ligado aos demais direitos sociais como o direito à moradia, à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à Segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados. O Direito à cidade é mais do que a soma de todos esses direitos, ele também se relaciona ao direito de reivindicação de transformação dos espaços urbanos sem as desigualdades hoje vigentes.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) em seu artigo 2º prevê como primeira diretriz da política urbana brasileira a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Para garantir essa cidade sustentável temos o grande desafio de encontrarmos um equilíbrio entre as ações humanas e o meio ambiente, de forma a termos assentamentos humanos que proporcionem qualidade de vida a todas as pessoas e cabe aos governos, por meio de uma

administração moderna e integrada, proporcionarem o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, assim como realizar esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural da cidade, é preciso termos um olhar holístico, sistêmico, sobre o funcionamento e desenvolvimento da cidade.

Infraestrutura e Serviços Urbanos

Diagnóstico e Realidade

Campo Grande é uma capital que possui uma boa rede de infraestrutura e serviços urbanos, porém, a desigualdade se percebe também na oferta dos serviços, equipamentos comunitários e algumas infraestruturas, visto que não estão disponíveis para toda cidade, como a pavimentação das ruas, calçamento dos passeios públicos, rede de drenagem e esgotamento sanitário, assim como praças equipadas e outras áreas de lazer. E é exatamente nas áreas periféricas mais carentes que essas mazelas estão presentes.

A Rede de energia elétrica atende 99,9% da população e a extensão da rede é de 5.885 km (2022). A rede de água atende 99,9% da população e a extensão da rede de água atinge pouco mais de 4.109 km (2022).

A rede de esgoto atende 82% da população e a extensão da rede de esgoto é de 2.536 km. (2022). Todo esgoto coletado em campo grande é tratado antes de ser despejado no córrego. A área urbana de Campo Grande dispõe de cerca 3.071,89 km de vias pavimentadas e sistema de microdrenagem (galerias e meio fio para escoamento superficial) e macrodrenagem (canalização de trechos de córregos). Não há dispositivos de drenagem que atendam inteiramente às necessidades da cidade, ocorrendo eventualmente problemas de enchente ou acúmulo de águas pluviais em alguns pontos na época de maior precipitação pluvial, porque a rede é insuficiente e também possui problemas de entupimento das bocas de lobo por dejetos (lixo) jogados nas ruas que são carregados para as bocas de lobo pelas águas das chuvas e o serviço de limpeza do sistema não acompanha a demanda. De acordo com a própria Defesa Civil municipal, a cidade tem hoje vários pontos críticos sujeitos a alagamento e inundações em períodos de chuva, sendo os principais a rotatória da Avenida Ernesto Geisel com a Avenida

Rachid Neder, a região do Parque das Nações Indígenas e o ponto entre a rua Joaquim Murtinho e a Avenida Ricardo Brandão, tendo como causas a defasagem do sistema de drenagem da capital e o aumento da impermeabilização do solo.

Existem 4.109,85 km de vias na cidade, das quais 3.071,89 são pavimentadas e 1.037,96 não são pavimentadas, ou seja 75% das vias da cidade são pavimentadas. Contudo, a qualidade da pavimentação asfáltica é bastante diversificada, com a existência de um acelerado desgaste do pavimento em muitas vias e trechos com remendos de sucessivas operações tapa-buracos. As vias não pavimentadas encontram-se nos bairros mais periféricos sendo que em alguns bairros só as vias do ônibus recebem o pavimento. Ressalta-se que em épocas das chuvas muitas vias ficam intransitáveis tanto para veículos automotores como para quem se desloca a pé contrariando o simples direito de ir e vir e dificultando a mobilidade das pessoas, particularmente a mobilidade ativa.

Diversas vias pavimentadas e com meios-fios implantados não dispõem de áreas de passeio revestidas ou em condições para caminhada dos pedestres, inclusive com acessibilidade adequada para pessoas com deficiência, forçando os pedestres a circularem pela pista de rolamento dos veículos com o conseqüente risco para a ocorrência de atropelamentos. Em Campo Grande, os pedestres não recebem a prioridade a que têm direito.

Sobre as ciclovias atualmente existem 84,40 km, ciclofaixa são 18,94 km e calçadas compartilhadas são 2,51 km, totalizando 105,85 km de infraestrutura cicloviária. No entanto, essa infraestrutura não é 100% interligada, formando um circuito mais seguro, os trechos são interrompidos e não formam um sistema completo para se integrar ao sistema de transportes da cidade. Também não há estruturas de apoio aos ciclistas como pontos com bebedouros, bancos para descanso, possibilidades de conserto de pneus e outros.

A iluminação pública existe em todas as vias da cidade, porém não é 100% eficiente, por falta de manutenção adequada (muitas lâmpadas queimadas) e por falta de melhor planejamento da altura de postes em relação a arborização, deve haver iluminação mais baixa para iluminar as calçadas por baixo da copa das árvores. Muitas ruas são escuras propiciando assaltos,

agressões, violência, roubos e estupros.

A coleta de resíduos sólidos (lixo) atende 98,7% da população, com coleta porta a porta e a coleta se faz em período diurno e noturno, sendo, no mínimo, três vezes na semana e nas áreas mais centrais se faz a coleta todos os dias. Os resíduos depois de coletados vão para o destino final, o aterro sanitário, no entanto o aterro sanitário encontra-se defasado, superlotado e fora dos padrões ambientais e não atende às atuais necessidades de tratamento do lixo.

A coleta seletiva dos resíduos sólidos atende cerca de 50% da área urbana da cidade, na Região Urbana do Centro e bairros adjacentes. Os resíduos coletados vão para a usina de triagem que é operada pelas cooperativas de catadores de resíduos sólidos recicláveis.

Os ecopontos são os locais em que se pode levar materiais que não são coletados pelo serviço de coleta de lixo, como móveis velhos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, entulhos, resíduos de podas, etc. São 5 ecopontos na cidade, um número bem aquém das necessidades, acarretando o descarte inadequado desses materiais, por parte da população, em qualquer lugar como nos terrenos baldios e beiras de córregos.

Os Locais de Entrega Voluntária - LEV são 252, onde é possível descartar materiais recicláveis, transportados e entregues pela própria população. Os LEVs estão espalhados por todas as Regiões Urbanas, em locais de acesso público como supermercados, escolas, creches, universidades e outros.

A varrição de ruas acontece em vias pavimentadas com frequência específica em cada região urbana, variando de frequência semanal e quinzenal.

As praças equipadas com mobiliário de lazer são escassas nos bairros mais distantes, embora exista um grande número de praças na área urbana, ainda estão muito aquém das necessidades e os bairros periféricos são os que mais sofrem com a ausência desse equipamento, onde a população não dispõe de qualquer tipo de área de lazer.

Propostas e Compromissos

1. Programar a implantação de rede de esgoto e de pavimentação das vias iniciando pelos bairros mais críticos e mais adensados, inclusive nos assentamentos precários;
2. Priorizar a implantação de infraestrutura verde, ao invés de infraestrutura tradicional, para contribuir com a drenagem, melhoria do microclima local, melhoria da paisagem e melhoria da qualidade de vida. Por exemplo, biovaletas, jardins de chuva, bacias de contenção, piscinões e outros;
3. Urbanizar e implantar mobiliário de esportes e lazer, de recreação e permanência, e arborização nas áreas públicas existentes nos bairros, por meio de uma programação que se inicia nos bairros mais carentes desses espaços e com maior índice de violência e de exclusão (fazer parcerias com grandes empresas/bancos para obtenção de recursos);
4. Tornar a execução de calçadas um serviço público e promover calçamento acessível e arborização em todas as vias pavimentadas, cobrando pelo serviço executado;
5. Ampliar a área de cobertura da coleta seletiva para 100% da cidade, a curto prazo, assim como aumentar o número de Ecopontos e LEVs em todas as regiões da cidade;
6. Programar limpezas periódicas no sistema de drenagem para não haver entupimento na época das chuvas e em paralelo promover educação ambiental para toda população sobre o sistema de drenagem e a necessidade de descartar corretamente os resíduos sólidos e os dejetos das árvores e das podas;
7. Promover iluminação pública econômica, eficiente e específica para as ruas e calçadas públicas considerando as situações de arborização de médio e grande porte para não haver escurecimento embaixo das árvores;
8. Rever e monitorar o contrato dos serviços de coleta de resíduos e limpeza pública para a melhoria constante nesses serviços e tomar providências quanto a implantação de um novo aterro sanitário, observando todos os critérios técnicos para o seu funcionamento;
9. Planejar e implantar uma rede de pontos públicos de abastecimento de energia para os veículos elétricos como forma de estímulo ao uso desses veículos.

Habitação

Diagnóstico e Realidade

A moradia é um dos direitos fundamentais do cidadão garantido pela nossa constituição. No entanto, esse direito não é usufruído por toda população do Brasil e nem de Campo Grande. De acordo com o Censo 2022 existem 392.791 domicílios em Campo Grande, destes 392.472 são particulares e 319 são coletivos. Dos domicílios particulares 146 são improvisados e 392.326 são permanentes e destes 325.840 são domicílios permanentes ocupados e 66.486 são domicílios permanentes desocupados. De 2010 para 2022 houve um crescimento de 105,23% de domicílios desocupados, indicando que existe uma grande produção de novos domicílios no mercado, porém eles não são acessíveis à população de mais baixa renda.

De acordo com o Diagnóstico Habitacional realizado pela DEMACAMP (disponível em campogrande.ms.gov.br/planurb/polhis-phabis) o déficit habitacional quantitativo de Campo Grande para famílias de 0 a 3 salários mínimos é de 16.105 unidades habitacionais, o que corresponde a 5,99% do total de domicílios de Campo Grande e para famílias de 3 a 6 salários mínimos é de 3.470 unidades familiares, 1,52% do total de domicílios de campo grande.

Em relação ao déficit qualitativo, que são considerados os domicílios inadequados ou por falta de infraestrutura completa ou por falta de sanitários exclusivos, o município possui 47.931 (17,82%) domicílios com renda de 0 a 3 salários mínimos carentes de infraestrutura e 25.143 (9,35%) domicílios de 3 a 6 salários mínimos nessa situação. E os domicílios sem unidade sanitária exclusiva são 206 (0,11%) de 0 a 3 salários mínimos e 188 (0,07%) de 3 a 6 salários mínimos.

Em décadas passadas a política habitacional do município implantada tanto pelo governo estadual como o municipal era a produção de conjuntos habitacionais voltados à população de baixa renda localizado nas periferias da cidade, distantes do centro, contribuindo tanto para a expansão urbana como para a permanência de vazios urbanos valorizados entre a área central urbanizada e as áreas periféricas sem infraestrutura.

Mesmo com uma intensa produção de Habitação de Interesse Social – HIS, a população de maior vulnerabilidade, de 0 a 3 SM, não era contemplada nesta política e passou a ocupar áreas públicas da cidade, Áreas de Preservação Permanente – APPs, os chamados fundos de

vale, áreas particulares, áreas de domínio da rede de alta tensão, áreas próximas ao lixão, entre outras, com o intuito de resolver sua necessidade imediata de moradia, bem como pressionar o poder público a tomar providência quanto a produção de um maior número de HIS.

O poder público municipal concentrou fortemente, nas últimas décadas, a sua política de produção habitacional, regularização fundiária e reassentamentos nas áreas públicas do município, o que resultou em incentivo à população de menor renda a ocupar essas áreas para depois esperar a regularização fundiária. Hoje existe uma grande quantidade de ocupações clandestinas das áreas públicas municipais, ou que ocupam parcialmente essas áreas, às vezes com a anuência do poder público municipal.

O estudo da DEMACAMP apontou que existem 181 assentamentos precários (foram considerados os assentamentos que possuem a partir de 5 unidades habitacionais), totalizando 16.521 domicílios precários, sendo que destes, 7.168 são regulares e os demais são irregulares. Dos assentamentos irregulares precários 1.403 domicílios são considerados não consolidados, por estar em área de alagamento e/ou erosão, por estar em APP, ou outra situação de periculosidade e não podem ser regularizados onde se encontram.

A maior parte dos assentamentos está em áreas públicas e são de pequeno porte e suas áreas não fazem parte das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, que são as zonas definidas no Plano Diretor para fins de moradia de interesse social, indicando que é preciso ampliar a quantidade de ZEIS no Plano Diretor. Alguns assentamentos estão em Áreas de Interesse Ambiental 1 – ZEIA 1, que são as Áreas de Preservação Permanente – APP.

Quanto à infraestrutura, a maior parte tem rede de energia elétrica e rede de água, assim como coleta de lixo, iluminação pública e transporte público. O maior problema está na rede coletora de esgoto em que a maioria não tem rede oficial de esgoto, e também não possui pavimentação.

Em Campo Grande existem muitos loteamentos que não possuem pavimentação e nem drenagem, o que causa uma série de transtornos à população que sofre com poeiras, dificuldade na mobilidade urbana, falta de calçadas nos passeios públicos e falta de acessibilidade, ruas

com lama nas épocas de chuvas e várias outras dificuldades.

Os assentamentos precários estão distribuídos por todas as Regiões Urbanas – RU, da cidade, exceto na Região Urbana do Centro. A Região Urbana do Anhanduizinho, 2ª maior em área territorial, a que possui maior número de população e também a que tem menor renda per capita do município, é a que possui o maior número de assentamentos precários.

De acordo com os estudos da DEMACAMP, para reverter essa situação de precariedade são necessárias diversas ações:

- Regularização fundiária: 7.950 domicílios
- Melhorias urbanas: 2.186 domicílios
- Urbanização simples: 11.535 domicílios
- Produção de moradia (reassentamento para os assentamentos não consolidável): 1.403 domicílios
- Apoio à produção de moradia (substituição de casas rústicas): 1.153 domicílios
- Melhoria habitacional: 3.837 domicílios (25, 38%*)
- Assistência técnica para habitação de interesse social: 3.837 domicílios (25, 38%*)

Segundo a Fundação João Pinheiro – FJP, 25,38% dos domicílios no MS apresentavam algum tipo de inadequação edilícia. Então adotou-se esse percentual para definir as melhorias habitacionais em Campo Grande/ MS, visto que não tem estudos específicos para os municípios. (DEMACAMP, 2023)

Considerando todo cenário dos assentamentos precários na área urbana de Campo Grande é possível afirmar que a cidade, historicamente, promove a segregação socioespacial da população de mais baixa renda em áreas periféricas, com baixa qualidade de vida por ter menor infraestrutura, sem áreas de lazer como parques e praças, por estar longe dos centros de emprego e com deficiência de equipamentos comunitários como escolas, creches, CRAS, Conselhos Tutelares, entre outros.

Propostas e Compromissos

1. Promover a regularização fundiária como uma ação urgente, realizando um mutirão entre as entidades e órgãos envolvidos, e prover a infraestrutura necessária e implantar equipamentos sociais em todos os assentamentos precários que estão por regularizar;
2. Regulamentar os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor para coibir a especulação imobiliária, como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC e IPTU Progressivo no Tempo, incentivar a ocupação dos vazios urbanos, e promover Habitações de Interesse Social em parte dessas áreas;
3. Promover a construção de novas Habitações de Interesse Social em lugares já parcelados e com infraestrutura, priorizando as famílias moradoras em assentamentos localizados em áreas de risco e titularizar o imóvel em nome das mulheres;
4. Revisar urgentemente a Política e Plano Municipal de Habitação para embasar de forma criteriosa todas as ações relacionadas a Habitação de Interesse Social no município;
5. Aprovar legislação para instituir a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, como um programa permanente no município, dotado de orçamento, como forma de contribuir para a execução dos projetos de construção e melhorias habitacionais para população de menor renda;
6. Realizar parcerias Público - Privadas para provisão de habitação de interesse social, sempre em locais já parcelados e com infraestrutura;
7. Ampliar o número de imóveis para locação social incluindo idosos, mulheres vítimas de violência doméstica e outras situações de vulnerabilidade;
8. Instituir um programa de melhorias habitacionais para os conjuntos habitacionais antigos que se encontram precários e demais habitações em situações de precariedade, com crédito habitacional e ATHIS;
9. Prover infraestrutura completa nos assentamentos precários já regularizados e financiar melhorias habitacionais para os mesmos;
10. Promover anistia para débitos de multas de licenciamento ambiental em conjuntos habitacionais de baixa renda.

2. CAMPO GRANDE: CIDADE DE OPORTUNIDADES – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POLÍTICA AGRÁRIA, EMPREGO E RENDA, TURISMO

Diagnóstico e Realidade

Baseado nas informações coletadas, por meio da Matriz SWOT, e a partir da definição de todas as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, com o cruzamento das informações para definir os Objetivos para cada área, levantamos dados relevantes a serem considerados.

Com uma população estimada em 898.100 habitantes (IBGE, 2022), 32% da população do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande possui 7 regiões, divididas em 79 bairros, uma taxa média de crescimento de 1,11% para os últimos 12 anos, o que demonstra uma queda do crescimento populacional.

O município apresenta uma taxa de desemprego de 2,6% (2024), um PIB per capita de R\$ 37.916,06 (2021), com uma taxa de Emprego Formal de 59,8 % (2022), com salário médio mensal de 3,3 salários-mínimos. Tendo uma taxa relativamente alta de informalidade de aproximadamente 40% (Fonte IBGE). Apresentando, neste sentido, aumento na taxa de desocupação, informalidade e queda no rendimento médio.

Através de um breve recorde por setores econômicos, temos que Campo Grande tem um total de 60.600 pessoas empregadas no setor de comércio com remuneração média de R\$ 2.680, já para o setor de serviços esse número é 2,54 vezes maior, chegando a 154.000 empregos gerando renda média de R\$ 3.520, a Administração Pública por sua vez gera uma renda média de R\$ 8.177 e empregando um total de 51.500 de pessoas. Por fim, tem se que o setor industrial emprega 37.100 pessoas com remuneração média de R\$ 3.018, dados de 2022.

A remuneração média do trabalhador feita por um recorte de gênero e raça, demonstra que homens brancos recebem remuneração média de R\$ 4.298 para uma remuneração média de R\$ 3.431 se mulheres brancas.

Homens pretos tem uma remuneração média de R\$ 3.127, mulheres pretas R\$ 2.488, homens pardos apresentam um recorte de remuneração média R\$ 2.910 e mulheres pardas com remuneração média de R\$ 2.325.

A disparidade salarial é acentuada tanto em identidade de gênero como raça, o que evidencia ainda mais as desigualdades sociais, com um importante recorte de raça a ser endereçado nas desigualdades encontradas. Juntando-se a isso, Campo Grande tem 25,3% de jovens entre 15 até 24 anos que não trabalham nem estudam, dados de 2022. A taxa de desemprego entre os jovens chega há 18,2% em 2024.

No que tange aos investimentos públicos em infraestrutura urbana por habitante tem uma média de R\$ 2.279,89, demonstrando que há grandes desafios em investimento público em infraestrutura urbana (2019).

A participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia é relativamente baixa 12,46% e investimentos em pesquisas científicas e inovação = R\$ 26,9 milhões (Fundect 2023)

No Ranking Cidades Inteligentes (Smart Cities) Campo Grande está na 14^o posição entre as cidades do país, estando entre as quatorze cidades do Brasil mais comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentável em seus aspectos tanto econômicos como ambientais, socioculturais. Esse ranking mede o potencial de desenvolvimento das cidades no Brasil através de 74 indicadores dentro de 11 eixos temáticos.

Além de estar na posição 585 das 5570 cidades do Brasil, na classificação do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades- IDSC-BR, índice que mede o progresso total da cidade para o cumprimento dos 17 ODS (Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável) da ONU, com pontuação de 54,66 de 100, considerado nível médio de Desenvolvimento Sustentável. Sendo que 100 é o limite máximo e indica um desempenho ótimo no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com base no IDSC-BR Campo Grande tem grandes desafios pela frente no que se refere,

principalmente, os ODS 5-igualdade de gênero; 9-indústria, inovação e infraestruturas; 15-proteção da vida terrestre e 17-parceiras para implantação dos objetivos, que estão com avaliação considerada baixa, 0 a 39,99.

Estes são alguns dos indicadores coletados que remetem a preocupações quando comparados com alguns paradigmas nacionais. Percebe-se que em Campo Grande as políticas públicas que são atualmente disponibilizadas à população se dissociam das premissas contemporâneas e se afastam dos conceitos de sustentabilidade.

O desenvolvimento econômico sustentável, amplamente abordado nas pautas globais, nos termos constantes na Agenda 2030, é uma condição fundamental para garantir um futuro próspero, inclusivo e equilibrado para Campo Grande.

Nesse sentido, emerge a necessidade da implementação de uma economia forte, pautada pela competitividade, produtividade e capacidade de gerar crescimento com estabilidade, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Propostas e Compromissos

O verdadeiro desafio é encontrar o modelo público municipal que sirva às necessidades do povo de Campo Grande na atual quadra histórica. Não há dúvida que, em muitos setores, caberá à prefeitura o papel de supervisão, ajudando a regular a competição, mas dando espaço para a iniciativa privada investir, gerar renda e empregos.

Haverá também a necessidade de manter a capacidade do Município de induzir investimentos, corrigir externalidades do mercado e fornecer serviços públicos que de outro modo ficariam desatendidos – é preciso gerar emprego, renda e crédito para toda a cadeia econômica e, em particular, para a população mais vulnerável.

O interesse público deve guiar o papel a ser desempenhado pelo Município na formulação de projetos estratégicos e na sua viabilização econômica. Para isso, será preciso garantir um

choque de gestão na prefeitura, valorizando o treinamento dos funcionários públicos, investindo na meritocracia, no planejamento estratégico e na gestão por resultados.

Uma política econômica responsável é parte fundamental do esforço de colocar o município a serviço do cidadão. A responsabilidade fiscal, a geração de empregos e o sistema de metas de inflação formam um tripé que deve ser fortalecido em cooperação com o governo federal e estadual.

A gestão responsável da economia e o redimensionamento do Município para evitar desperdícios e aumentar sua eficácia devem se fazer acompanhar de dois outros instrumentos fundamentais na busca da competitividade e da prosperidade da cidade de Campo Grande: a abertura econômica ao mundo, inovação e modernização da plataforma industrial, o desenvolvimento de uma política atração turística mais efetiva e o investimento na economia verde.

Nesse contexto, o desenho e a implementação de uma política industrial inteligente é condição necessária para o sucesso econômico do Município e para aproveitar a abertura ao mundo como uma janela de oportunidades para incrementar a competitividade sistêmica da nossa economia.

Por política industrial inteligente, deve-se entender não uma política de escolha arbitrária de favorecimentos setoriais, mas investimentos públicos e linhas de financiamento mais favoráveis para estimular setores geradores de emprego e capazes de conectar o Município às mais dinâmicas cadeias de valor e fluxos de investimentos.

Em vez de estimular a criação de empresas acomodadas e acostumadas a usar a proteção tarifária e os juros subsidiados para engordar lucros, é preciso usar a abertura responsável e escalonada da economia para alavancar investimento em inovação e produtividade. Política industrial inteligente significa exigir contrapartidas precisas.

Ao lado dessas iniciativas, esse programa de governo pretende atacar diversos gargalos do desenvolvimento, como poupança insuficiente, infraestrutura precária, carga tributária que

onera a produção e o emprego.

Entre esses desafios, sobressai a busca de uma justiça tributária local, capaz de aliviar os encargos para a produção e o consumo e de carrear recursos para áreas prioritárias. Não se faz isso sem simplificar a estrutura tributária, combater a evasão, cobrar dívidas de grandes devedores e aumentar a arrecadação via crescimento econômico sustentado.

1. Promover incentivos para comerciantes e comércios que ocupem as áreas centrais de Campo Grande, em especial quando se tratar de reabilitação urbana de zonas históricas e de reconversão urbanística;

2. Identificar e explorar potenciais vocações do município, tendo em vista suas redes econômicas, suas riquezas naturais, suas vantagens competitivas e sua inserção na economia regional, estadual e nacional, fomentando sempre o caráter sustentável do desenvolvimento;

3. Planejar o desenvolvimento econômico local, incluindo a constituição de câmaras, conselhos, consórcios, visando a cooperação entre os diversos setores da economia e do trabalho;

4. Adotar uma política de incentivos à atração de novas empresas e indústrias para o município apoiada no compromisso da responsabilidade ambiental e social, exigindo a geração de oportunidades de trabalho produtivo para mulheres e homens, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir vida digna (Trabalho Decente);

5. Incentivar a realização de estudos e pesquisas voltadas à identificação de novos mercados produtivos e das inovações tecnológicas, tendo em vista o desenvolvimento dos setores do comércio e prestação de serviços, da indústria e da agricultura do município;

6. Fortalecer a Diversificação Econômica, a inovação na indústria e na prestação de serviços, com atenção às oportunidades da Rota Bioceânica;

7. Estimular e fortalecer as atividades econômicas voltadas para armazenamento e escoamento da produção, com o objetivo de absorver as demandas logísticas da Rota Bioceânica;

8. Promover parcerias entre a prefeitura, o setor produtivo, universidades, sindicatos patronais e de trabalhadores em torno de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, que induzam o fortalecimento das cadeias produtivas presentes no município, visando o aumento

da competitividade das empresas e a geração de benefícios em escala para a cadeia de fornecedores, além de geração de emprego e renda para os trabalhadores;

9. Valorizar e incentivar os micro e pequenos empreendedores, empresas familiares e do terceiro setor com políticas de capacitação e microcrédito, e apoiar as incubadoras de empresas e microempresas;

10. Incentivar a agricultura sustentável por meio do acesso ao crédito e a tecnologias sustentáveis, desde a produção até a comercialização;

11. Garantir a criação de um órgão gestor de Política de Agricultura Familiar e Economia Solidária;

12. Construção e dinamização da cadeia produtiva dos alimentos oriundos dos pequenos e médios produtores, visando aproximar os produtores do consumidor final e eliminar os atravessadores;

13. Disponibilizar crédito para fomento da produção e comercialização de alimentos oriundos dos pequenos e médios produtores; formalizar e profissionalizar a pequena e média produção de alimentos, criando marcas e selo de qualidade;

14. Incentivar a produção de alimentos orgânicos, disponibilizando crédito para pequenos e médios produtores;

15. Promover políticas públicas objetivando diminuir a importação de alimentos pela CEASA, impulsionando a produção e disponibilização de alimentos produzidos no próprio município.

Geração de emprego e renda e qualificação profissional

1. Desenvolver ações de qualificação profissional e preparação para o mundo do trabalho, com prioridade para os jovens e trabalhadores informais, em parceria com o Sistema S, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, rede estadual de ensino e empresas na experimentação técnico-profissional, visando a promoção do Trabalho Decente;

2. Articular a implementação de projetos de diversidade e inclusão nas grandes empresas das perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual e deficiência, ampliando inclusive a oferta de vagas a egressos do sistema penitenciário, jovens que cumprem medidas socioeducativas e população em situação de rua;

3. Implementar ações voltadas à promoção do empreendedorismo, do cooperativismo, da rede de produtores, das microempresas e do terceiro setor, priorizando as regiões periféricas do município, com concessões de crédito, parcerias e formação para os empreendedores nas faixas etárias mais atingidas pelo desemprego, aquisição pública, integrando o setor informal da economia ao processo de desenvolvimento, com apoio a redes comunitárias de produção e comercialização e cooperativas;
4. Desenvolver um programa municipal de capacitação e formação de mão-de-obra para pessoas com deficiência;
5. Implantar as Feiras da Agricultura Familiar e dos Produtos Agroecológicos, do Artesanato e da Cultura Regional.

Turismo

1. Viabilização de um Espaço Multi-eventos moderno, equipado com tecnologia de ponta e infraestrutura adequada para receber diversos tipos de eventos de grande escala, como congressos, feiras, convenções, shows e eventos culturais;
2. Desenvolvimento do Ecoturismo e Turismo Rural no Entorno da Cidade, incentivando parcerias público-privadas para a criação de roteiros turísticos que incluam visitas a propriedades agrícolas, trilhas ecológicas, observação de fauna e flora e experiências culturais locais, com melhoria da infraestrutura de acesso no entorno da cidade;
3. Ampliação e diversificação de Atividades Esportivas e Culturais no Centro da Cidade e Complexo Ferroviário, como feiras de artesanato, apresentações musicais, exposições de arte e eventos gastronômicos, revitalizando a área e atraindo visitantes;
4. Capacitação e Qualificação profissional para melhorar a qualidade do atendimento ao turista, incluindo guias turísticos, recepcionistas e funcionários de hotéis e restaurantes;
5. Incentivo ao Turismo de Negócios, oferecendo incentivos fiscais e apoio logístico para empresas que realizam eventos corporativos na cidade, além de promover Campo Grande como destino para reuniões e conferências;
6. Revitalização do Autódromo Internacional, tornando-o apto para receber eventos de diferentes modalidades esportivas e culturais;
7. CAT – Centro de Atendimento ao Turista: equipar os CAT do Aeroporto, Estação

Rodoviária e Complexo Ferroviário com infraestrutura moderna e informações atualizadas, tecnológicas e digitais para melhor atender os turistas;

8. Ônibus do City Tour: ampliar os veículos com uma rota regular que cubra os principais pontos turísticos da cidade;

9. HUB do Corredor Bioceânico: inserir Campo Grande como centro de ação e operacionalização das ações de transporte e desenvolvimento da Rota Bioceânica;

10. Promoção de Novos Roteiros Gastronômicos nos bairros, mapeando restaurantes, bares e feiras que oferecem pratos típicos da região, divulgando a gastronomia temática e realizando eventos e festivais gastronômicos periódicos;

11. Criação e Fortalecimento da Marca de Campo Grande como destino turístico, com campanhas de marketing e publicidade para divulgar a marca em âmbito nacional e internacional;

12. Criar o Parque Turístico Natural para turismo e lazer no entorno das cachoeiras do Céuzinho e Inferninho, com trilhas ecológicas sinalizadas para caminhadas e passeios, garantindo a segurança dos visitantes, áreas de descanso, mirantes e pontos de contemplação, áreas de piquenique, playgrounds e quiosques com serviços de alimentação;

13. Estabelecer incentivos fiscais e tributários e microcrédito para financiamento de projetos e obras de reformas/restauro de edificações particulares que estão definidas como de Interesse Cultural no Plano Diretor de Campo Grande (2018), situadas na Região Urbana do Centro;

14. Regulamentar e Implementar o Plano Local de Desenvolvimento da Área Central de Campo Grande como forma de revitalizar a área central e as atividades turísticas dessa região.

3. EDUCAÇÃO CIDADÃ

Diagnóstico e Realidade

1. Em Campo Grande a educação pública sempre teve um caráter conservador e autoritário, com pouca ou nenhuma participação da sociedade. Salvo em programas pontuais de família na escola, as relações entre a escola e a sociedade é demarcada pela não participação na gestão escolar. Apenas recentemente iniciou-se o processo de escolha de dirigentes nas escolas de ensino fundamental e na educação infantil. Uma experiência para a qual ainda não há dados conclusivos pelo pouco tempo de execução.

2. Atualmente a Rede Municipal de Campo Grande é composta por 91 unidades escolares urbanas de Educação Fundamental e 8 rurais, sendo apenas 9 escolas de tempo integral, 106 Escolas de Educação Infantil que atendem, aproximadamente, 125 mil alunos, composta por uma equipe de 7.500 servidores.

3. O déficit de vagas na Educação Infantil é de aproximadamente 8.600, sendo a maior demanda na faixa etária de 0 a 3 anos. O município conta com 12 obras paralisadas de Escolas de Educação Infantil, que estão deteriorando no tempo e sendo depredadas desde 2017 e não têm previsão de conclusão;

4. O diagnóstico da educação em Campo Grande indica a necessidade de ampliar os investimentos na infraestrutura de muitas escolas da rede que são antigas e há muito não recebem melhorias; ampliar a oferta de Educação Infantil, principalmente na etapa de 0 a 3 anos que tem um déficit de 7 mil vagas; necessidade de equipar as escolas da Rede Municipal de Ensino com tecnologias modernas, com salas de informática e professores capacitados para atuarem nas mesmas; aprofundar a gestão democrática consolidando o processo de escolhas de dirigentes escolares de forma direta e da participação efetiva da comunidade por meio de conselhos/colegiados escolares, para que o ensino oferecido possa estar em consonância com os anseios e expectativas da sociedade e os desafios do nosso tempo;

5. Com relação à qualidade do ensino, a meta do Plano Municipal de Educação é que 100% das crianças concluam o ensino fundamental dentro de um período de 9 anos, meta essa muito distante de ser alcançada, tendo em vista que o último relatório de acompanhamento indicava que apenas 63% dos alunos conseguiam tal êxito, revelando alto índice de evasão e

repetência;

6. A educação profissional não é uma das prioridades no âmbito municipal;

7. A grande maioria das escolas da REME com biblioteca escolar não atendem os parâmetros mínimos com mobiliários, equipamentos, acervos e internet para atender aos seus usuários. As Escolas de Educação Infantil não contam com bibliotecas e apenas 15 delas têm brinquedotecas.

Propostas e Compromissos

1. Educação Infantil: Investir na ampliação da oferta da educação infantil na rede pública municipal, concluindo a construção das EMEIs paralisadas e construir novas escolas e salas de aula nas existentes para atender a demanda reprimida por vagas; climatizar as escolas e equipá-las com parques infantis, solários, brinquedotecas e bibliotecas;

2. Ensino Fundamental: Elaborar a política de educação de tempo integral; ampliar as escolas de tempo integral, visando atingir 50% da rede municipal em 4 anos; adequação do número de alunos por sala de aula, evitando a superlotação de salas para garantir uma educação inclusiva e de qualidade; elaboração de uma proposta pedagógica com ampla participação dos profissionais da educação, das famílias e estudantes; dotar as salas de aula com equipamentos multimídias; implementar laboratórios de informática e de base científica para aulas práticas;

3. Educação Especial: Propiciar Atendimento Educacional Especializado (AEE) adequado às necessidades dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no que se refere a adaptações do currículo escolar, métodos, técnicas e recursos pedagógicos diferenciados, ambiente acolhedor e seguro; garantir profissionais e ou professores de apoio com formação acadêmica específica ou promover a sua qualificação com apoio das universidades com foco na educação inclusiva; criar e manter programas voltados à preparação para o trabalho e a educação ao longo da vida; ampliar a oferta de salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns da rede; realização de Concurso Público de Professor de Apoio Pedagógico Educacional (APE), assim como realizar Concurso Público para Assistentes Sociais e Psicólogos(as) atuarem nas Escolas Municipais e nas EMEIS;

4. Educação de Jovens e Adultos: Ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal, em diferentes turnos, contemplando as regiões administrativas de Campo Grande, para possibilitar aos trabalhadores diferentes opções de horário e local, articulando-a com a formação para o trabalho, despertando as potencialidades e as habilidades dos alunos;

5. Gestão democrática: Garantir a gestão democrática com ampla participação da comunidade escolar interna e externa; fortalecer os processos de escolha de dirigentes escolares; fortalecer o conselho/colegiado escolar com a participação dos profissionais da educação, estudantes e famílias; garantir o fortalecimento das APMs e dos grêmios estudantis; garantir a transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros;

6. Prédios e equipamentos escolares: Efetivar reforma, ampliação e acessibilidade arquitetônica das escolas que se encontram em condições impróprias para o exercício da atividade pedagógica, com salas de aulas e demais ambientes seguros e adaptados nos quesitos ventilação, iluminação e salubridade; adequar bibliotecas, laboratórios e oficinas e prover os equipamentos indispensáveis à execução do currículo; assegurar a manutenção e atualização dos equipamentos das salas de informática garantindo acesso à internet para a realização de atividades curriculares; garantir a reforma das escolas e para adaptações de acessibilidade, bem como a aquisição de material pedagógico e aquisição de móveis escolares adaptados às pessoas com deficiência;

7. Trabalhadores(as) da Educação: Desenvolver uma política de valorização dos profissionais da educação, por meio da melhoria das condições de trabalho, da carreira e da remuneração e da promoção permanente da saúde; garantir uma política de formação continuada e incentivo ao acesso a cursos de especialização, mestrado e doutorado; implantar piso salarial nacional (por 20 horas); realizar concurso público sempre que o percentual de vagas puras ultrapassar 20% do número de professores/as efetivos(as); Plano de Carreira único para os profissionais da educação básica pública definido em lei própria.

4. SAÚDE INTEGRAL COM QUALIDADE

Diagnóstico e Realidade

1. A saúde pública em Campo Grande é uma das principais reclamações da população usuária dos serviços da rede municipal, que vai desde a precariedade da estrutura física e conservação de grande parte das unidades de saúde, a falta de equipamentos em condições de uso adequado, a falta crônica de medicamentos, insumos e materiais de expediente, limpeza, impressos até o número insuficiente no quadro de profissionais de saúde;
2. Inexistência de acolhimento humanizado ao usuário dos serviços de saúde;
3. Longo tempo de espera no agendamento de exames e cirurgias eletivas;
4. Demanda reprimida altíssima nos atendimentos psicológicos e neuropsiquiátricos;
5. Número insuficiente de profissionais médicos e deficiência no atendimento de especialidades médicas; precariedade no atendimento em pediatria, a pessoas com deficiência, idosos e gestantes;
6. Inexistência de um Plano de Cargos, Carreira e Salários atrativo e de valorização aos profissionais de saúde;
7. Inexistência de hospital municipal e serviços de infraestrutura e engenharia da saúde;
8. Dificuldade de acesso aos serviços da Atenção Básica com qualidade e em tempo oportuno, com algumas UBSFs e UPAs quase sempre com salas de espera lotadas.

Propostas e Compromissos

1. Fortalecer a Atenção Básica como eixo principal do sistema municipal de saúde; alcançar 100% de cobertura da rede de saúde básica em 4 anos, com redistribuição das unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Equipe de Saúde Bucal (ESB); garantir o fornecimento constante de medicamentos essenciais nas farmácias públicas; efetiva realização das Campanhas de Vacinação;
2. Implantação do Complexo Hospitalar Municipal; garantir o Complexo Econômico

Industrial da Saúde (CEIS) como uma política municipal sistêmica e comprometida com as demandas locais;

3. Profissionalização da Gestão Pública da Saúde; implantação de política de valorização dos profissionais da saúde, com ingresso por meio de concurso público, com Plano de Cargos, Carreira e Salários e capacitação permanente em serviço;

4. Expandir a rede de Centros de Especialidades Odontológicas, com Equipe de Saúde Bucal incluindo Auxiliar e Técnico em Saúde Bucal;

5. Política de Saúde Mental; prioridade para a desospitalização do paciente com doença mental; fortalecimento dos CAPS – Centros de Atenção Psicossocial com a contratação de psicólogos e equipes multiprofissionais para o atendimento;

6. Política de Terapia Intensiva: Atingir o número adequado de leitos de UTI por população/por distrito Sanitário;

7. Criação e execução dos Centros de Diagnóstico Avançado, um para cada região da cidade (aproximadamente 1 para cada 140 mil habitantes), com exames complementares (Laboratoriais, Ultrassonografia, Radiografia, Tomografia Computadorizada, Eletrocardiograma, Ecocardiograma, Monitoramento Ambulatorial da Pressão Arterial, Atendimento Psicoterapêutico, Fisioterapia e reabilitação, especialmente de pacientes crônicos); redução do tempo de resposta na realização de exames;

8. Ampliar o atendimento na Atenção Especializada com a contratação de mais especialistas; reduzir o tempo de espera por consultas e procedimentos médicos;

9. Ampliação da capacidade e melhoria da qualidade do atendimento da população com deficiência em relação aos serviços de saúde oferecidos pelo CEM – Centro de Especialidades Médicas e demais unidades de atendimento à saúde, com a contratação de profissionais de saúde e a pronta disponibilização de recursos materiais e equipamentos necessários, como: fraldas descartáveis, sondas, insulinas, dietas líquidas, medicamentos e demais produtos, sem a necessidade da judicialização;

12. Atendimento específico em unidade de saúde inclusiva para mulheres com deficiência, equipada com macas acessíveis, oportunizando a realização de exames básicos da saúde da mulher, visando oferecer cuidados inclusivos para a prevenção e diagnósticos precoces de doenças específicas do sexo feminino;

13. Atendimento multiprofissional em saúde para PCDs com assistentes sociais,

intérpretes de Libras, neurologistas, psicólogos, neuropsicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, para o atendimento de crianças, jovens e adultos, com criação de protocolo de recebimento dos encaminhamentos e controle social da lista de espera;

14. Instituir a Política Municipal de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras demências (Lei nº 14.878 4.06.2024);

15. Aumentar os equipamentos públicos como academias ao ar livre com acompanhamento de instrutores e melhorias nas estruturas, além do fortalecimento das academias de saúde;

16. Desenvolver e ou intensificar campanhas de prevenção: Proteção Social e cuidado às pessoas idosas em situação de risco; as quedas; ao idadismo e as violências; Alimentação adequada para uma vida saudável; Doença de Alzheimer e outras demências; garantia e acesso aos direitos; Destinação do Imposto de renda para o fundo da pessoa idosa; aumentar a cobertura vacinal; combate ao alcoolismo e ao tabagismo; ao sedentarismo;

17. Saúde e bem-estar animal: Criação de um órgão gestor da Política de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais; Programa permanente de controle populacional e de saúde de cães e gatos; Cadastro de equinos, muares e asininos da zona urbana; Inclusão de médicos veterinários nas equipes de Atenção Básica; Capacitação de agentes de saúde (identificação de quadros de acumulação, maus-tratos, adoecimento mental); atenção psicossocial voltada aos protetores dos animais, aos servidores do Centro de Controle de Zoonoses e do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres; programa de monitoramento, prevenção e enfrentamento a desastres; programa de enfrentamento de emergências zoossanitárias; Apoio e parcerias com organizações não governamentais e protetoras de animais; ampliação da atual Unidade de Bem-Estar Animal (UBEA) e criação do Samu Vet; programa Permanente de Educação e Conscientização em Proteção e Direitos Animais.

5. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diagnóstico e Realidade

Há algum tempo a sociedade mundial, em especial a comunidade científica, vem alertando que nosso Planeta está sob um grande risco ambiental, devido ao crescimento desordenado da economia mundial que produziu impactos negativos em todos os continentes, alterando e desequilibrando os diversos componentes da biota terrestre, com inúmeras consequências danosas, podendo-se citar a principal delas o fenômeno das mudanças climáticas.

As tragédias climáticas que assolaram o estado do Rio Grande do Sul em 2023 e especialmente neste ano de 2024, impuseram aos brasileiros a triste realidade que as consequências das mudanças climáticas causadas em especial pelo aumento da temperatura do nosso planeta não são dados extraídos de trabalhos científicos produzidos pela academia, mas sim o retrato atual de um planeta que sofre e sofrerá com maior intensidade em anos vindouros as consequências de um modelo de exploração predatória dos nossos recursos naturais, impondo a humanidade e a população de Campo Grande mudanças profundas no seu modo de vida, produção, consumo, ocupação do solo, enfim, tornar nossa cidade cada vez mais resiliente aos imprevistos climáticas que estaremos submetidos nas próximas décadas. Deixamos claro também, que os malefícios da crise climática não podem recair sobre a classe trabalhadora e os pobres, que por serem os mais vulneráveis, necessitam de atenção especial.

É necessário emergir uma nova sociedade no Planeta, no Brasil e aqui em Campo Grande, que possa compreender que somos parte de uma biota, e para continuarmos a desfrutar de tudo o que o meio ambiente pode nos oferecer, precisamos iniciar um processo radical de convivência harmônica com todo o ambiente vivo que nos cerca, minimizando os impactos ambientais e quando não for possível mitigando-os, senão estaremos fadados a um futuro onde tudo que nossa sociedade capitalista produziu não poderá ser usufruído pelos próprios seres humanos que construíram.

Somos uma capital de 92 nascentes que precisam ser cuidadas, e com isso estaremos cuidando de

toda cidade. Portanto, mais do que apresentarmos propostas para termos um desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, precisamos enunciar princípios norteadores dessa nova sociedade que terá que emergir nos próximos anos, baseada no restabelecimento do equilíbrio entre homem e meio ambiente, mesmo que isso custe retrocedermos um pouco na nossa ganância de consumo material desenfreado que faz com que cheguemos ao limite do esgotamento dos nossos recursos naturais, ao mesmo tempo que aumentamos o abismo existente entre os que usufruem exageradamente de tudo que oferece a nossa sociedade de consumo e a outra grande parcela da população que não possui as mínimas condições materiais para ter uma vida digna. O governo do presidente Lula já tem seu Plano de Transformação Ecológica, e nosso município tem que estabelecer ações que sejam aderentes a este plano, e potencializadas a partir da nossa realidade.

O município de Campo Grande tem a oportunidade que outras grandes cidades do Brasil já não conseguem mais ter. Apesar de vivermos numa cidade marcadas por profundos contrastes entre os bairros mais urbanizados e com melhor infraestrutura para se viver, e os bairros mais afastados do centro da cidade onde faltam as mínimas condições para uma família sobreviver com dignidade, ainda temos a oportunidade de realizar um reordenamento do nosso desenvolvimento, invertendo prioridades que ao longo de décadas marginalizou um grande contingente de nossa população, incluindo-a neste novo momento virtuoso de desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social. Ao mesmo tempo devemos adotar práticas sustentáveis com relação ao meio ambiente que nos cerca.

Desemprego, fome, mudanças comportamentais da sociedade estarão na ordem do dia de todas as ações do governo municipal, e a superação desses problemas passa necessariamente por uma nova postura de como nos relacionarmos com o ambiente que todos nós estamos inseridos.

Propostas e Compromissos

1. Convocar uma Conferência Municipal Extraordinária com a participação ampla da sociedade para aprovação da Política Municipal de Meio Ambiente, que até hoje inexistente em

nossa cidade;

2. Implantação do “Selo Verde - Campo Grande é Verde”, para certificar todas as iniciativas municipais que visem o desenvolvimento sustentável;
3. Campo Grande Carbono Neutro até 2032, com legislação específica para o cumprimento dessa meta;
4. Aplicar a Lei do Zoneamento Ecológico Econômico de Campo Grande, para um novo ordenamento territorial e ambiental;
5. Implementação, no território municipal, das diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente, de Saneamento Básico, do manejo dos Resíduos Sólidos, das Mudanças Climáticas e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
6. Adotar medidas de adaptação às mudanças climáticas visando reduzir as emissões de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa;
7. Incentivar a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos (economia circular), com acompanhamento sistemático do tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos dejetos, universalizando a coleta seletiva na cidade, bem como a rede de esgotamento sanitário;
8. Conservar e preservar os remanescentes da flora, melhorando a relação e a qualidade de áreas verdes por habitante, com o plantio de 1 milhão de árvores no perímetro urbano da cidade, com acompanhamento para o seu estabelecimento e sequestro de carbono, ocupando espaços públicos com pequenos ambientes arborizados;
9. Revisar e dar transparência ao Plano Municipal de Drenagem do perímetro urbano de Campo Grande, para prevenir os danos causados pelas altas precipitações pluviométricas;
10. Aprimorar um programa de monitoramento dos córregos e cursos de água do perímetro urbano, sob o controle da prefeitura municipal;
11. Regulamentar os instrumentos urbanísticos do Plano Diretor que coíbem a permanência dos vazios urbanos públicos e privados, destinando-os a produção agroecológica para um programa de segurança alimentar, implicando em aumento zero do nosso perímetro urbano até que toda a área urbana esteja ocupada e que todas as linhas de ônibus e avenidas estejam drenadas e pavimentadas;
12. Estimular a adoção de sistemas de produção de energia limpa nas residências e comércio, e de construção sustentável, com incentivos tributários para os que aderirem,

praticando o princípio do provedor recebedor e do usuário-pagador;

13. Auditorias técnico-administrativa no contrato da concessionária Águas Guariroba e da SOLURB, visando monitorar e aprimorar a prestação dos serviços públicos sob a responsabilidade dessas empresas;

14. Programa continuado de educação ambiental, abrangendo escolas, condomínios, comércio, serviço público e outros locais de concentração de população, com políticas de incentivos às diversas iniciativas de educação ambiental desenvolvidas pela sociedade organizada, seguindo as orientações do Programa Nacional de Educação Ambiental.

6. CULTURA NA CIDADE QUE QUEREMOS

Diagnóstico e realidade

A atual administração de Campo Grande tem uma visão da cultura como uma atividade secundária e como mera promotora de eventos. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo não definiu uma política cultural e sua atuação se dá de forma fragmentada na realização de eventos artísticos, que na sua maioria acontecem na área central da cidade, sem atingir os bairros e a população da periferia e do meio rural.

Campo Grande carece de uma política cultural que se alicerce no Direito de todos e todas à cidade; direito de acesso ao palco e à plateia, com produção, difusão, fomento das artes e artistas; direito ao Patrimônio e à Memória, com investimento em arquivos públicos, bibliotecas, divulgação, acesso, preservação da cultura imaterial e identidade dos povos tradicionais e das culturas populares; direito à cidadania, diversidade, inclusão, políticas de igualdade de gênero e combate ao racismo; direito à inclusão digital; enfim, a Cultura como fonte de convivência, cidadania, geração de renda e desenvolvimento da cidade que queremos.

Propostas e Compromissos

1. Incentivar a Cultura da e na periferia por meio de circuitos culturais nas regiões periféricas; espaços e equipamentos culturais; valorização da cultura Hip hop e incentivo aos grupos que atendem suas comunidades; humanização da segurança pública nas atividades culturais periféricas;
2. Realizar investimentos e criar incentivos às programações em equipamentos culturais, de lazer e áreas verdes para a ativação de espaços como centros culturais, Ceus, parques, praças, por meio de programações voltadas aos moradores dos entornos, tais como cursos, oficinas, eventos; estrutura local, autorização e incentivo a programação regular;
3. Implementação de uma Cidade do Samba: construção do Sambódromo, incentivo às Escolas de Samba e aos Blocos independentes, barracões, espaço para preparação dos desfiles, garantindo o direito à manifestação popular e às festas de rua;

4. Oferecer condições especiais, subsídios ou outras formas de incentivo a bares, empresas e eventos culturais, proporcionando um amplo debate e revisão da Lei de zoneamento urbano, que permita a fruição, incentivo à ocupação de áreas “desertificadas”, incentivo fiscal, calendário cultural, de lazer e turismo na cidade, roteiros gastronômicos e de bares, e incentivo à contratação de artistas;

5. Implementação do Fundo Municipal de Cultura com garantia orçamentária; fortalecimento da participação social, estabelecendo constante diálogo com Fórum de Cultura, Colegiados setoriais, Conselheiros de Cultura, sindicatos, para a revisão do Plano Municipal de Cultura;

6. Criar política de preservação, valorização e uso do Patrimônio material permitindo o acesso aos espaços pela população e turistas, política de incentivo a atividades e ocupação de prédios em regiões centrais do centro histórico e entorno, circuito de visitação como forma de lazer, cultura e turismo;

7. Criar política municipal de cultura imaterial e identidade, visando apoiar indígenas, quilombolas, grupos tradicionais ou constituintes da identidade cultural da cidade no incentivo a festas tradicionais,   produção, difusão e comercialização de seus produtos tradicionais, registro da memória das comunidades e sua divulgação; assistência e valorização dos mestres do saber e artistas idosos;

8. Inclusão do Movimento negro, mulheres, lgbtqiapn+, juventude, idosos, pcds, organizações comunitárias, movimentos sociais no debate sobre cultura, incentivo a eventos, pontos de cultura, agenda cultural da cidade;

9. Promover inclusão digital por meio do desenvolvimento de incubadora tecnológica ou telecentros para acesso, incentivo, formação e difusão de conhecimento: produtos digitais, produção audiovisual, produção de games e outras modalidades tecnológicas. Plataforma de streaming a produções audiovisuais realizados na cidade por meio de incentivo públicos, biblioteca virtual de literatura local ou pinacoteca virtual de artes visuais da cidade que pode ser acessada em pontos de ônibus e outros espaços públicos;

10. Conectar políticas de educação, direitos humanos, cidadania, assistência social e cultura, promovendo nas unidades escolares atividades culturais e formativas extracurriculares.

11. Realizar circuitos culturais nas escolas e centros comunitários da cidade, ampliando o acesso de artistas bem como da população a exposições de cinema nacional e

local, espetáculos de teatro, dança, circo e música, oficinas de linguagens, aulas de capoeira, contação de histórias e incentivo à leitura, produção digital, entre outras ações pertinentes.

7. ASSISTÊNCIA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

Diagnóstico e Realidade

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025), no Cadastro Único estão um total de 324.750 de pessoas e 140.040 famílias cadastradas, sendo 86.031 pessoas em situação de extrema pobreza, 39.804 pessoas em situação de pobreza e 109.400 pessoas com baixa renda. A maior parte são de acampados, com 1.505 famílias, Indígenas, com 1.303 famílias, 531 famílias com trabalhadores da coleta de material recicláveis, 440 famílias com pessoas em situação de rua e 436 famílias com pessoas resgatadas de trabalho escravo, sendo as demais famílias pulverizadas entre os demais grupos. Também temos no município 32.053 famílias beneficiárias do então Programa Bolsa Família, com 94.164 pessoas beneficiárias, o que corresponde a 10.57% da população do município.

A população idosa no município de Campo Grande corresponde a 134.732, sendo que o total da população de Campo Grande é de 898.100 mil pessoas. Vale considerar que a população masculina idosa é de 57.295 e a população feminina idosa é de 77.080. A violência contra pessoa idosa por ser de natureza física, negligência/abandono, psicológica/moral, patrimonial/financeira, institucional, psicológica e autoprovocada. Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMC, apenas 5% delas são notificadas. No município de Campo Grande, de janeiro a julho de 2024, foram gerados 519 protocolos de denúncias, 764 denúncias e 5.514 violações.

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal (2024) foram transferidos R\$ 204.85 milhões diretos a todos(as) cidadãos(ãs) do município de Campo Grande -MS, incluindo-se entre as transferências o programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. Além disso, estão sendo feitos os repasses para o desenvolvimento dos Serviços Socioassistenciais que compõem o SUAS.

No âmbito da execução direta estatal, Campo Grande conta com os seguintes serviços implantados: A Proteção Social Básica, que é composta por: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; Serviço de

Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Para o atendimento a Proteção Social Básica Campo Grande conta com 21 Centros de Referência de Assistência Social- CRAS- 05 Centros de Convivência e 04 Centros de Convivência do Idoso. A rede socioassistencial pública do município é composta por 30 Unidades de Proteção Social Básica. Outro tipo de proteção é a Proteção Social Especial – (Média e Alta complexidade). Na média complexidade tem-se a Unidade pública – CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social é destinado a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, usam de drogas, entre outros. Há também os Centros POP – Centro de Referência Especializado para População em situação de rua. Centro de Acolhimento para pessoas com Deficiência, Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Unidade de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência. Unidade de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, Unidade de Acolhimento Institucional Família Acolhedora.

A Proteção Social Especial contempla: Média complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. 43 Alta complexidade; Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. A Proteção Social Especial, é composta por 13 Unidades, sendo 5 de Média complexidade: 3 Centros de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, 1 Centro-Dia para Pessoas com Deficiências, 1 Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua, além das equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS.

Conta também com 08 Unidades de Alta Complexidade, composta por 02 Residências Inclusivas, 04 Unidades de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – UAICA e 02 Unidades de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias – UAIFA, além de uma equipe de Família Acolhedora.

A rede socioassistencial municipal conta com 89 OSCs inscritas no Conselho Municipal de

Assistência Social (CMAS), entre Serviços, Programas e Projetos, destas, 52 OSCs recebem o cofinanciamento através de parceria público privada, para oferta de 54 serviços de proteção social básica e especial e de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos.

Propostas e compromissos

1. Fortalecimento do Sistema Único de Assistência: realização de um diagnóstico das situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, com a integração da Vigilância Socioassistencial e do Cadastro Único.
2. Promover o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, atualizando ou reformulando o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com as deliberações da Conferência Municipal e do Pacto de Aprimoramento do SUAS;
3. Expansão do acesso ao SUAS – Sistema Único de Assistência Social, melhorando a qualidade das unidades públicas: CRAS, CREAS, Centros Pop, Centros de Convivência, outros;
4. Oferecer serviços de proteção social especial e cuidados para atender todas as violações de direitos dos diferentes grupos (crianças, pessoa idosa, mulheres vítimas de violência, exploração do trabalho infantil, e outras violações), tanto na oferta de serviços e benefícios como na organização de uma rede intersetorial de garantia de direitos, que inclua a sociedade civil;
5. Reorganizar e propor ações na Oferta de Benefícios de Transferência de Renda aliados aos Serviços Socioassistenciais;
6. Garantir que a gestão do SUAS seja realizada de forma profissional, com pessoas que tenham capacidade técnica, conforme os parâmetros legais e dentro dos princípios éticos e de profissionalização exigidos na gestão pública;
7. Aperfeiçoar a gestão democrática do SUAS e criar conselhos gestores nos CRAS, podendo ser estendido para outros espaços que oferecem serviços e benefícios a população usuária do SUAS;
8. Atuar de forma integrada com a rede de serviços socioassistenciais não governamental, respeitando a primazia do estado e do comando único da Política de Assistência Social, sem paralelismos de ações e duplos comandos;
9. Construção de programas e/ou projetos municipais de transferência de

renda integrados e de complementaridade ao Programa Bolsa Família, por meio de articulação interfederativa e intersetorial;

10. Criação do Programa Municipal "Cuidando das Cuidadoras(es)", com o objetivo de garantir apoio financeiro e suporte psicossocial às cuidadoras e cuidadores dos PCDs;

11. Ampliação dos Centros Dias para PCDs para cuidados, atendimentos, atividades de cultura e lazer para jovens e adultos com deficiência, em vulnerabilidade social, com suporte de transporte adaptado para aqueles que necessitarem;

12. Alteração da Lei Municipal de Criação e Funcionamento do COMPED/CG – Conselho Municipal dos Direitos das PCDs de Campo Grande, oportunizando a participação dos usuários das políticas públicas (mães e outros familiares) e os "auto defensores" mesmo sem estar vinculados a entidades e órgãos públicos; fortalecimento do COMPED/CG com estrutura física, recursos e veículos;

13. Apoio para a criação e funcionamento do Fórum Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, composto por pessoas com deficiência, familiares e apoiadores;

14. Criação de um mecanismo de controle social sobre as vagas e lista de espera no Município de Campo Grande nos atendimentos da saúde, nas EMEIS, Escolas e Programa de Moradia para as PCDs;

15. Desenvolvimento do modelo municipal de integração de serviços, benefícios (BPC, BE e PBF) e defesa de direitos, por meio de articulação e integração entre políticas setoriais e transversais, especialmente Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Juventude, Criança e Adolescente, Cultura, Segurança Alimentar e Nutricional, Mulheres, igualdade Racial, População de Rua entre outras.

8. JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Diagnóstico e Realidade

1. Campo Grande apresenta um total de 217.420 mil jovens e representa 22% da população (IBGE, 2022);
2. Alta taxa de desemprego entre os jovens;
3. Precarização e falta de proteção do trabalho do jovem em Campo Grande;
4. Violência policial perpetrada contra jovens, especialmente negros, periféricos e LGBT+;
5. Falta de acesso da juventude a serviços que promovem a saúde mental adequada;
6. Discriminação da juventude negra, PCD e LGBTQIAPN+;
7. Inadequação das políticas educacionais e a falta de infraestrutura urbana;
8. Dificuldade de acesso dos jovens das camadas populares aos bens e serviços públicos disponíveis na cidade;
9. Campo Grande é a segunda capital em número de suicídios no Brasil, somando 122 óbitos em 2023. Média de óbitos por suicídio é de 13,5% de 15 a 19 anos, de 6,9% de 20 a 24 anos e de 10,9% de 25 a 29 anos;
10. Na capital, 25 mil pessoas declararam ser LGBTQIAPN+;
11. Foram registradas 230 mortes na comunidade LGBTQIAPN+; desse total, 37,82% são jovens;
12. Ações não realizadas ou paralisadas na área do esporte e lazer: construção do Parque Multiuso de Esportes Radicais no Bairro Noroeste; construção de piscina olímpica no Parque Ayrton Senna; finalização do estádio de Beisebol; finalização da construção da Praça da Juventude no Bairro Serra Azul; reforma e modernização do campo de futebol Buracão no Aero Rancho; Reforma do campo de futebol do Jardim Centenário; implementação do programa em parceria com associações, ligas e federações para manutenção de equipamentos; ampliação do número de inscritos nas oficinas municipais de práticas esportivas e de lazer; ampliação do quadro efetivo de agentes sociais de esporte e lazer através de concurso público; implantação de programa de apoio a atletas e equipes de alto rendimento.

Propostas e Compromissos

1. Criar uma rede de oportunidades de estágio e emprego para jovens do Ensino Médio, por meio de parcerias com o IFMS e ENCEJA;
2. Implementar a universalização da prática esportiva, priorizando áreas esportivas pelos critérios tais como IDH, IDEB e Índice de Violência;
3. Ampliação da rede de atendimento psicossocial para a juventude;
4. Desenvolvimento de políticas públicas de orientação e proteção às mulheres jovens;
5. Políticas Públicas de Acolhimento e Empregabilidade para a Comunidade LGBTQIAPN+;
6. Fortalecimento e ampliação dos organismos de participação ativa da juventude na construção e fiscalização de políticas públicas, por meio de conferências, fóruns, conselhos, plataformas virtuais e movimentos estudantis;
7. Garantir políticas públicas para oportunizar o acesso dos Jovens PCD's aos bens e serviços públicos da cidade;
8. Criação do serviço de "Secretaria da Juventude Itinerante", para oportunizar a participação dos jovens menos favorecidos, nos cursos profissionalizantes;
9. Realizar a 3ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer para ouvir a sociedade campo-grandense na construção do Plano Municipal de Esporte e Lazer em cumprimento à Lei Complementar 327 de 2018, que criou o Sistema Campo-Grandense de Esporte e Lazer, com metas para a equidade de gênero e na área dos PCDs;
10. Criar o programa "Qualidade de Vida nas Mudanças Climáticas". Programa que terá como objetivo oferecer oficinas gratuitas de atividades físicas pautadas nas necessidades que as mudanças climáticas vão exigir para manutenção da qualidade de vida;
11. Atualizar a Lei de Criação do Fundo Municipal de Esporte e Lazer (FAE), incluindo no item de doações de pessoas física e jurídicas a possibilidade de isenção de percentual dos impostos municipais a serem pagos pelos doadores e propor o investimento de 1% da arrecadação municipal com equidade de gênero no Esporte e Lazer campo-grandense;
12. Aumentar o atendimento do Programa "Movimenta Campo Grande" para os bairros com maior vulnerabilidade social de Campo Grande;

13. Criar o programa “Inovação e Tecnologia na Qualidade de Vida” a ser implantado nos parques públicos para qualificar as atividades físicas dos usuários;
14. Apoio às Entidades Esportivas de MS na captação de eventos nacionais e internacionais para serem realizados em Campo Grande em uma parceria inovadora com a Política de Turismo de nossa cidade;
15. Retomar o projeto “Jovem Talento Esportivo”, que terá como função apoiar atletas de alto rendimento do município de Campo Grande, com equidade de gênero e apoio a atletas PCDs;
16. Implantar o projeto “Ocupa Escola”, para promover a abertura das escolas públicas da Rede Municipal nos fins de semana e no período noturno, promovendo oficinas e aulas das diferentes manifestações culturais e esportivas e palestras de interesse da comunidade local;
17. Retomar os “Jogos Radicais Urbanos” e incluir os “Jogos Eletrônicos” nos eventos esportivos realizados pela Prefeitura de Campo Grande;
18. Disponibilizar o Ginásio Guanandizão para Federações e Associações que realizam treinamentos de paratletas de Campo Grande nas diversas modalidades;
19. Realização dos Jogos Paradesportivos de Campo Grande e que façam parte do calendário municipal;
20. Descentralização dos treinamentos paradesportivos na capital.

9. A CIDADE DO RESPEITO ÀS PESSOAS: DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

Diagnóstico e Realidade

De acordo com o Artigo 144 da Constituição Federal a Segurança Pública é dever do Estado e deve ser exercida para preservação da ordem pública e garantia da proteção das pessoas. A gestão municipal deve atuar também no combate à violência e à criminalidade, a fim de construir uma cidade segura para se viver.

A violência é um fenômeno multicausal e para enfrentá-lo é necessário compreender suas raízes históricas de forma integrada, intersetorial, interdisciplinar e territorializada. A política municipal de segurança pública cidadã a ser retomada pela administração democrática e popular deverá ser aprovada numa Conferência Municipal de Segurança Pública com Cidadania com a participação da sociedade e terá um enfoque mais humano, inovador e efetivo, pautando-se pelo respeito aos Direitos Humanos, pelo caráter preventivo e pelo engajamento comunitário.

Não existe valor maior do que a vida humana. Neste sentido, a administração vai se posicionar ao lado das famílias expostas à violência urbana e pessoas mais vulneráveis, garantindo o combate ao crime organizado e oferecendo Segurança Pública e oportunidades para que desigualdades e vulnerabilidades sejam superadas. O entendimento mais amplo de que garantir segurança pública aos cidadãos e cidadãs requer investimentos em saúde, educação, assistência social, meio ambiente, moradia digna, mobilidade urbana, oportunidades de emprego e renda, a fim de promover uma vida digna às pessoas, sem esquecer de ninguém. O combate às desigualdades é essencial para ter uma cidade protegida e segura.

A presença ativa da administração terá como foco a população jovem, as pessoas em situação de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade, mulheres e crianças em situação de violência doméstica, foco nos territórios mais vulneráveis que apresentem altos índices de homicídio e de crimes violentos, acompanhando as dinâmicas específicas de cada local, articulando a sociedade civil e coordenando os diversos serviços de atendimento à população, fundamentais para a criação de espaços mais seguros.

Propostas e Compromissos

Direitos Humanos

1. Investir em ações e campanhas que promovam a superação do sexismo, do machismo, do racismo e da homofobia como uma questão de caráter ético, considerando que essas práticas são condições estruturantes da desigualdade e da exclusão social, a fim de se garantir a promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres, brancos, negros, pessoas com deficiência, indígenas e todos os grupos étnicos, e pessoas LGBTQ+;
3. Promover ações que deem visibilidade às pautas e alcancem resultados efetivos em temas vinculados a mulheres, negros, indígenas, imigrantes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes, jovens, pessoas idosas, LGBTQ+, de forma a incidir sobre o debate público e ajudar a reduzir preconceitos e estereótipos e outras formas de violência, ampliando as atitudes de respeito e tolerância;
4. Reduzir a desigualdade racial e de gênero no acesso aos recursos econômicos e sociais, garantindo às mulheres, aos negros e negras, pessoas LGBTQ+, pessoas com deficiência, indígenas melhores condições de acesso à formação e ao mercado de trabalho, bem como ampliação da representação e participação nos espaços de poder;
5. Garantir a plena acessibilidade na cidade para que as pessoas com deficiência usufruam dos serviços e ambientes públicos ou de caráter público em todos os sentidos e formas;
6. Prover capacitação e formação continuada em Direitos Humanos aos servidores públicos municipais de maneira articulada nos temas de combate à intolerância, a todas as formas de violência e de promoção da dignidade de todas as pessoas.

Segurança Pública

1. Reativação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM (conforme concebido no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI), com a participação de representantes do poder público das diversas esferas e por representantes das diferentes forças de Segurança Pública com atuação no município;
2. Criação da Central de Pronto-Atendimento Comunitário – CEPAC, sob coordenação da Guarda

- Civil Metropolitana, com o objetivo de atender à população com o registro de ocorrências, encaminhamentos aos órgãos competentes, visando a prevenção à violência e a repressão à criminalidade, atuando em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (CAPS Móvel), realizar a atenção psicossocial de vítimas de violência e pessoas em situação de vulnerabilidade social;
3. Criação do programa Guarda Civil Virtual, para registro, via internet, de ocorrências, denúncias, sugestões, etc, que serão encaminhadas aos órgãos competentes;
 4. Programa Campo Grande Iluminada, com a instalação postes de iluminação pública em todas as regiões da cidade, com o objetivo prevenir a ocorrência de crimes;
 5. Programa Aluguel Social, para vítimas de violência e pessoas em situação de vulnerabilidade social;
 6. Programa Mulheres da Paz – qualificação de mulheres com cursos de mediação de conflitos, técnicas de abordagem, cidadania, prevenção ao abuso de álcool e outras drogas, inclusão digital, dentre outros, para atuação em seus bairros;
 7. Programa Justiça Restaurativa, Mediação e Arbitragem, realizado pela Guarda Civil Metropolitana e em parceria com os órgãos de Justiça e de Segurança Pública, facilitando o diálogo entre as partes conflitantes, com o objetivo de promover valores universais como a paz e a solidariedade;
 8. Valorização dos trabalhadores da Guarda Civil Metropolitana, com a alteração da LC 358/2019, nos seguintes termos: exigência de nível superior para ingresso, pagamento de adicional noturno, adicional de periculosidade, quinquênios, monitoramento eletrônico com sistema gerido pela GCM, manutenção do caráter civil da instituição GCM;
 9. Monitoramento Inteligente: Implementar sistemas de câmeras e sensores para monitoramento em tempo real e prevenção de crimes.

10. A CIDADE DA DIVERSIDADE: COMUNIDADES INDÍGENAS NO CONTEXTO URBANO, IGUALDADE RACIAL E COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Diagnóstico e Realidade

O município de Campo Grande possui uma população de 18.439 indígenas dividida em 24 comunidades que vivem em contexto urbano. Este número reflete a diversidade e a riqueza cultural de nossa comunidade, formada por diferentes povos/etnias. Nosso objetivo é construir um futuro melhor para todos, com propostas concretas e viáveis que visam o bem-estar dos povos originários que vivem em contexto urbano no município de Campo Grande.

Há um número significativo de pessoas da população LGBTQ+ que sofrem diversas situações de violência, incluindo violência física motivada por preconceito e LGBTfobia. Relatórios indicam que travestis e mulheres trans são as principais vítimas de homicídios. Em 2023, foram registrados 60 casos de agressões físicas e 10 homicídios de pessoas LGBTQ+ em Campo Grande. A violência psicológica, como ameaças, humilhações e assédio moral, também é prevalente. Apesar dos altos índices de violência, há uma subnotificação significativa. Muitas vítimas não denunciam por medo de retaliação ou desconfiança nas autoridades.

A população LGBTQ+ também enfrenta violência institucional, como discriminação por parte de profissionais de saúde, forças de segurança e no sistema de justiça.

O acesso aos serviços de saúde para a população LGBTQ+ é inadequado e existem barreiras como preconceito por parte dos profissionais de saúde e falta de atendimento especializado, especialmente para pessoas trans e travestis.

Propostas e Compromissos

Comunidades Indígenas no Contexto Urbano

1. Organizar festivais e eventos culturais regulares que valorizam e promovem a

diversidade cultural indígena;

2. Criação de um órgão gestor de políticas de atenção à população Indígena de Campo Grande;
3. Restaurar e preservar os espaços históricos e culturais, transformando-os em locais de visitação (turismo) e atividades culturais;
4. Atendimento humanizado para o público indígena nas Unidades Básicas de Saúde (USB) e hospitais com intérpretes que facilitam a comunicação entre a equipe médica e os povos originários;
5. Melhoria das condições de moradia em comunidades indígenas, com projetos de habitação que respeitem suas tradições e necessidades;
6. Investimentos em infraestrutura básica, como saneamento, energia elétrica e acesso à água potável às famílias indígenas;
7. Implantação de Escola indígena com enfoque em uma educação verdadeiramente bilíngue e intercultural, com materiais didáticos específicos, com respeito às tradições e com um calendário escolar adaptado às tradições e festividades das comunidades indígenas;
8. Criação de programas de alfabetização e ensino básico, médio e técnico específicos para mulheres indígenas, respeitando suas culturas e idiomas;
9. Criar programas na área de esporte para as crianças e adolescentes indígenas e melhorar a infraestrutura dos jogos municipais indígenas de Campo Grande;

Igualdade Racial

1. Criação de um órgão gestor das Políticas Públicas Para População Negra e povos tradicionais (quilombolas, ciganos, religiões de matriz africana e terreiros) com recursos orçamentários previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do município;
2. Garantir orçamento próprio para o Conselho Municipal dos Direitos do Negro (CMDN/CG), para fins de atender as demandas de organização, estrutura e custeio das ações vinculadas a este conselho;
3. Implantação do Plano Nacional da Política Integral da Saúde da População Negra na Capital, visando assegurar a prevenção, o tratamento e a reabilitação das doenças crônicas, com atenção especial às patologias que acometem a população negra, como a anemia

falciforme;

4. Fomentar/apoiar a titulação e ampliação dos territórios das terras quilombolas na Cidade de Campo Grande e distritos por meio de orientação jurídica da Procuradoria Geral do Município e o fomento à produção agrícola, as expressões culturais e ao empreendedorismo das comunidades quilombolas;

5. Difundir a história local/regional, observando as várias correntes de participação das Comunidades Negras e Quilombolas bem como a criação de um Museu da Cultura Afro, além de promover campanhas contra a intolerância religiosa;

6. Capacitação em letramento racial dos servidores da Segurança Pública municipal para o atendimento e combate a casos de racismo e produzir materiais educativos sobre o que tipifica como crime de racismo, além de incluir a disciplina Educação para as Relações Étnico-raciais e Combate ao Racismo na formação dos agentes de segurança.

LGBT+

1. Desenvolvimento do órgão gestor da política de atenção à população LGBT+ para promover a inclusão e igualdade entre as pessoas, defendendo os direitos humanos e apoiando pesquisas e coleta de dados estatísticos sobre a comunidade LGBT+;

2. Criar a Casa de Acolhimento e Cidadania, que proporcionará proteção, apoio psicossocial, inclusão social, educação, capacitação e promoção dos direitos humanos à população LGBT+ em situação de vulnerabilidade;

3. Implementação do atendimento clínico multidisciplinar inclusivo, humanizado e abrangente à população LGBT+;

4. Implementação de programas de bem-estar social +60 incluindo a construção de uma instituição de longa permanência à população LGBT+ na terceira idade;

5. Incluir na literatura da formação continuada a professores da REME temas relacionados ao combate a LGBT+fobia e promover a educação para a diversidade;

6. Valorizar atletas trans através da Bolsa Atleta Trans em suas trajetórias esportivas, proporcionando condições para que alcancem excelência em suas modalidades;

7. Criar um programa municipal de qualificação e capacitação profissional voltado para a população LGBT+;

8. Criar campanhas publicitárias de combate ao preconceito e fomentar a inclusão em todas as esferas sociais;
9. Implementar um programa contínuo de formação aos funcionários públicos no atendimento às pessoas LGBTQ+, preparando-os para oferecer serviços inclusivos e afirmativos;
10. Criar um Programa Municipal de Redução de Danos para a População LGBTQ+ em situação de rua.

11. UMA CAMPO GRANDE PARA TODAS AS MULHERES

“Pela maior parte da História, anônimo foi uma mulher.” - Virgínia Woolf

Diagnóstico e Realidade

A desigualdade de gênero se refere a uma situação em que mulheres não têm as mesmas oportunidades que os homens devido aos papéis e expectativas que são atribuídos a cada um. Isso pode incluir discriminação no local de trabalho, violência de gênero, salários desiguais, acesso limitado à educação, saúde e recursos, além de restrições aos direitos políticos e tomada de decisões. Por isso, a luta pelos direitos das mulheres deve ser permanente e contar com o apoio de toda a sociedade, em especial das instituições políticas e governamentais, para que as mulheres possam viver com dignidade e ter garantidos seus direitos básicos como seres humanos.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para Mato Grosso do Sul indicam que em 2022, 50,4% (1.446.389) da população total era de mulheres. Campo Grande, em 2022, tinha uma população de aproximadamente 898.100 pessoas, sendo que deste montante, 430.869 eram homens e 467.231 mulheres.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que, em 2021, a maior parte dos lares de Mato Grosso do Sul eram providos por mulheres e em Campo Grande, essa variação ficou mais notável. Em 2021, na Capital, mais da metade das casas eram comandadas por mulheres. Dos 199 mil domicílios, 56,8% tinham as mulheres como a pessoa de referência da família. Também em 2021 foi constatado que em Campo Grande aproximadamente 20 mil mulheres (37,8%) moram sozinhas.

Mato Grosso do Sul teve 43 feminicídios em 2022, maior número registrado anualmente desde a criação da Lei do Feminicídio, em 2015. Campo Grande teve 13 dos 43 feminicídios, sendo a cidade onde mais mulheres foram assassinadas por causa do gênero em 2022. De acordo com a

Deam (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher), de 1º de janeiro até 28 de fevereiro de 2023, foram registrados cinco casos consumados de feminicídios em Mato Grosso do Sul, sendo dois em Campo Grande. Até julho de 2024 foram registrados 5 feminicídios em Campo Grande.

Dados da pesquisa realizada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que se baseou em dados do terceiro trimestre de 2022, da Pnad-Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): Mato Grosso do Sul é o 5º estado com maior desigualdade salarial entre homens e mulheres de todo o Brasil. Estudo que analisou desigualdades em 26 capitais, com exceção de Brasília, apontou que em Campo Grande os homens e mulheres têm a maior diferença salarial de todas as capitais pesquisadas. Em Campo Grande homens tiveram rendimento mensal de R\$ 2.992,00 e mulheres tiveram rendimento de R\$ 2.208,00 em média.

Observando os dados nacionais, o Dieese aponta que as mulheres dedicam mais de 925 horas a afazeres domésticos. São quase 16 horas por semana, o que representa 15 dias a mais que os homens destinam para as tarefas domésticas.

É fundamental fazer a leitura da violência considerando classe, raça e gênero, a chamada interseccionalidade. O Dossiê Mulher Campo Grandense 2024, organizado pela Subsecretaria de Políticas para a Mulher de Campo Grande é referente tanto a quantidade de novos atendimentos na Casa da Mulher Brasileira quanto de retornos, ou seja, mulheres que voltaram a procurar ajuda. O documento traz ainda o perfil das vítimas, regiões com maior incidência de procura, idade, cor, etnia e orientação sexual. No total 15.018 mulheres procuraram a Casa da Mulher Brasileira em 2023. 63,4% das mulheres atendidas se autodeclararam pardas, 25,7% se autodeclararam brancas, 4,8%, mulheres pretas atendidas e 0,1% amarela. Ao todo, foram: 3.183 pardas, 242 pretas e 1.290 brancas, 28 indígenas, 6 amarela, 271 ignorado

Propostas e Compromissos

1. Intensificar Programas e Campanhas de enfrentamento a todo tipo de violência contra as mulheres, fortalecer as redes de apoio e acolhimento as mulheres vítimas de violência;

2. Políticas Públicas sobre o cuidado: “Cuidar de quem cuida”. Estabelecer uma ampla rede de serviços públicos para as mulheres como: creches, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes públicos, centros para pessoas idosas, campanhas que abordem a importância da divisão do trabalho doméstico e do cuidado;
3. Direitos sexuais e reprodutivos: Promover campanhas e Programas de Planejamento Familiar e Reprodutivo. Garantir o acesso aos métodos contraceptivos, inclusive a contracepção de urgência. Criar programas com vistas a diminuir as taxas de mortalidade no período de gestação e pós-parto. Garantir a toda gestante, o direito ao parto humanizado. Enfrentar a violência obstétrica e criar a Casa de Parto;
4. Geração de emprego e renda: Apoio à organização de cooperativas de mulheres valorizando a organização do trabalho coletivo. Oferecer cursos de formação profissional e tecnológica para mulheres. Promover campanhas de educação financeira, incentivando a autonomia financeira das mulheres;
5. Cultura e Educação: Desenvolver programas de desenvolvimento cultural e artístico para mulheres e meninas. Instituir cursos de formação inicial e continuada aos gestores públicos com a presença da temática de gênero, étnico-racial e diversidade sexual na perspectiva dos Direitos Humanos. Fortalecer a educação sexual, bem como a educação não sexista nas escolas como tema transversal;
6. Fortalecer no município o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres;
7. Mobilidade e direito à cidade: Fortalecer campanhas contra o assédio nos transportes públicos;
8. Criar a Secretaria Municipal de políticas públicas para as Mulheres;
9. Programa de saúde mental para as mulheres: Criar políticas de saúde mental para mulheres integral, intersetorial e interseccional. Elaborar programas de prevenção à violência contra as mulheres para combater o adoecimento mental;
10. Programa de habitação: Criar as condições para que as mulheres tenham acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida que agora prioriza o acesso à habitação de interesse social às famílias que tenham a mulher como pessoa de referência da família. Criar Políticas de habitação que priorize o atendimento às mães solo de Campo Grande. Garantir auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência. Garantir a titularidade do imóvel para a mulher em programas habitacionais no município;
11. Fortalecer no município o Programa Nacional Brasil sem Misoginia: Proposta de mobilização

nacional de todos os setores brasileiros – governos, empresas, sociedade civil, ONGs, movimentos sociais, entidades, instituições de ensino, torcidas organizadas, times de futebol, grupos religiosos, artistas que tem por objetivo enfrentar a misoginia, o ódio e todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres, bem como igualdade, acabar com o feminicídio e a violência doméstica e sexual em todo o território nacional;

12. Descentralização das redes de apoio e atendimento às mulheres vítimas de violência: Ampliar e descentralizar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, especialmente nas regiões onde a incidência de violência contra as mulheres é maior;

13. Mulheres e sustentabilidade: Criar política ambiental e sustentável integrado a todas as dimensões econômica, social, política e cultural, enfatizando a necessidade de promover os meios para a igualdade de oportunidade, sobretudo para as mulheres em situação de vulnerabilidade.

12. CIDADE ACESSÍVEL: TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE URBANA

O transporte coletivo urbano é uma das grandes reclamações dos campo-grandenses que utilizam o serviço. O Sistema Integrado de Transportes (SIT) começou a ser implantado em 1991 e conta com 9 Terminais de Transbordo com integração física e o Ponto de Integração Hércules Maymone, sendo que o pagamento da tarifa nos ônibus, que hoje custa R\$ 4,75, é exclusivamente com o cartão eletrônico. 30% das passagens são de gratuidades concedidas pelo poder público municipal.

Em 2012, o serviço do transporte coletivo foi licitado, em caráter de exclusividade, e passou a ser explorado pelo Consórcio Guaicurus. O consórcio opera com uma frota de 544 veículos, abaixo do exigido pelo contrato, que é de 575 veículos operantes e reservas. O número médio de passageiros/dia que utiliza o transporte coletivo vem diminuindo nos últimos anos, contrariando uma política que se impõe nos grandes centros urbanos, que vêm enfrentando sérios problemas decorrentes do carrocentrismo, como engarrafamentos constantes, sinistros de trânsito, demora nos deslocamentos pela cidade, entre outros.

Os usuários do transporte coletivo de Campo Grande reclamam da precariedade dos serviços prestados pelo consórcio, muitos veículos velhos com defeitos que quebram com frequência, ônibus atrasados e superlotados, falta de transporte no horário da madrugada, diminuição das linhas e dos horários nos feriados e fins de semana, falta de linhas entre bairros, terminais necessitando de reforma e tarifa cara, onde nos últimos 12 anos a tarifa aumentou cerca de 66% (Campo Grande News, 2024), e perdeu cerca de 49% de passageiros entre 2012 e 2022, a média diária de usuários dos ônibus urbanos passou de 218.740 para 111.412 (AGETTRAN, 2023). A velocidade média dos ônibus é muito baixa acarretando lentidão no percurso e desestimulando o uso do transporte público, são apenas 60 km de faixas exclusivas para ônibus, cerca de 1,95% do total de vias da cidade.

A maior oferta de empregos na região central da cidade exige deslocamentos da população residente em vários bairros periféricos com o mesmo destino, sobrecarregando o sistema viário naquela região. A persistir o crescimento da frota de automóveis a taxas cerca de 4 vezes

superiores ao crescimento populacional, fica evidente que o sistema viário da região central não terá capacidade de atendimento de toda demanda e hoje já apresenta sérios problemas de congestionamento.

Com isto, a cidade precisa planejar a descentralização das atividades econômicas e a oferta de empregos, bem como apostar num sistema de transporte coletivo mais eficiente e acessível. Há uma nítida priorização dos veículos particulares em relação aos demais meios de transporte. Campo Grande possui uma grande frota de carros e motos, temos 1 carro para cada 2,04 habitantes (DETRAN/MS, 2023) e nossas vias principais em geral tem faixas de estacionamento de ambos os lados, cerca de 3 a 4 faixas de rolamento. Isso contrapõe a pouca extensão de faixas exclusivas para ônibus e rede de ciclovias/ciclofaixas em nossa cidade.

Campo Grande é uma cidade com um número consideravelmente alto de sinistros de trânsito, considerado sua população, foram 56 mortes em 2023 (AGETTRAN), sendo que 18 foram de motociclistas, e entre as causas estão desrespeito aos limites de velocidade, às normas de trânsito, desenho das ruas que privilegiam o automóvel, entre outros.

A topografia plana e pouco acidentada de Campo Grande favorece o uso da Mobilidade Ativa, modal que inclui o deslocamento a pé e de bicicleta como meio de locomoção não motorizado, sustentável e saudável de transporte. O aumento da utilização deste modal pode ser constatado pelo crescente número de ciclistas envolvidos em acidentes de trânsito, muito em razão do não investimento do poder público municipal neste modal de transporte.

Já existem algumas ciclovias implantadas, porém, como uma infraestrutura cicloviária são poucas, temos cerca de 105,85 km de ciclovias, ciclofaixas e calçadas compartilhadas, ou seja, estão presentes em cerca de 3% do total de vias da cidade. Mas, não são integradas entre si e, principalmente, sem ligação com o Centro da cidade – destino preferencial da maioria das pessoas que se deslocam no meio urbano, portanto, não constituem um modo de locomoção pela cidade, o qual dificulta o uso da bicicleta como um meio de transporte, além da falta de pontos de apoio ao ciclista, como bicicletários e outros.

Outro fator importante é o desrespeito às velocidades permitidas e às normas de trânsito por

parte de condutores, em especial de veículos particulares, com o qual o ciclista divide a via, o que o deixa em situação vulnerável à sinistro de trânsito grave e com risco de morte. Faz-se necessária a ampliação da rede de ciclovias e ciclofaixas nas diversas regiões da cidade, de modo a permitir os deslocamentos de bicicleta em todo o perímetro urbano.

A falta de acessibilidade é bem evidente, com exceção da área central mais restrita, as calçadas são inadequadas, desniveladas, esburacadas e, por vezes, muito estreitas, que não permitem a passagem de pedestre, em especial cadeirante ou pessoas com a mobilidade reduzida. São itens que não favorecem a caminhada, que poderia ser feita em percursos mais curtos. Nas vias não-asfaltadas, cerca de 25% do total de vias, não há, em geral, a existência de calçadas. Essa situação se estende também aos pontos de ônibus que não possuem calçamento, são tomados por matagal, não possuem cobertura, bancos e a iluminação é precária.

Repensar todo o sistema de Mobilidade Urbana em Campo Grande é urgente e necessário porque a cidade é de todas as pessoas e precisamos garantir o direito constitucional de ir e vir e de fruição de todos os espaços da cidade.

Propostas e Compromissos

1. Instituir melhoria na fiscalização de trânsito (pessoal, radares, câmeras, ciclopatrolha, entre outros meios) seguindo os princípios do Sistema Seguro e Visão Zero;
2. Criar um setor especializado em Mobilidade Ativa na AGETTRAN;
3. Implementação dos demais corredores/faixas de ônibus em curto prazo (máximo de 3 anos), conforme preconiza o PDTMU (2023);
4. Interligar e ampliar a rede cicloviária conforme preconiza o PDTMU (2023) e reforma/melhoria da infraestrutura existente, com bicicletários, pontos de descanso e apoio ao ciclista, entre outros;
5. Criação de Conselho de Usuários do Transporte Coletivo de Campo Grande com o objetivo de fiscalizar os serviços prestados pelo Consórcio Guaicurus e deliberar sobre melhorias necessárias;
6. Revisar o levantamento de demanda para aumento da frota, aumento da

frequência de ônibus, tendo regularidade de horários inclusive à noite e aos finais de semana e instituir ônibus nos horários da madrugada (lazer ou para uso dos trabalhadores do período noturno);

7. Implementar um sistema compartilhado de bicicleta, em especial na região central, bem como bicicletários em todos os terminais, de modo a incentivar a integração e uso de diferentes meios de transporte;

8. Executar onde não tem, qualificar e padronizar as calçadas na cidade (tamanhos adequados ao tipo e uso da via, nivelamento, itens de acessibilidade, arborização). Instituir que a pavimentação do passeio público seja executada pelo poder público, com a devida cobrança na forma de contribuição de melhoria;

9. Priorizar a definição de áreas de uso exclusivo para pedestres, em especial na área central e próximo a praças e parques públicos, com a ampliação das áreas úteis de calçadas e calçadões, bem como, utilização de técnicas de moderação de tráfego para acalmamento do trânsito;

10. Avaliação e revisão criteriosa do contrato de concessão do transporte coletivo, visando promover a contínua melhoria do serviço, considerando o desenvolvimento tecnológico de veículos e equipamentos, que garantam qualidade, eficiência, quantidade adequada e preço socialmente justo;

11. Implantação de infraestrutura voltada para pedestres como faixas de pedestres, travessias elevadas, tempo semafórico para pedestres em todos os cruzamentos das Avenidas Mato Grosso e Afonso Pena e nas principais avenidas e vias do bairro;

12. Estudo e levantamento de fontes de financiamento para implementação de Tarifa Zero no transporte coletivo a médio prazo e reestatização da prestação do serviço;

13. Programar, com início a curto prazo, a substituição dos ônibus movidos a combustíveis fósseis por ônibus elétricos;

14. Fazer reformas e manutenção constante dos terminais de ônibus de forma a assegurar o atendimento confortável a todas as pessoas, incluindo bebedouros com água gelada, sanitários acessíveis e com trocadores de bebês, bancos, iluminação, proteção contra sol e chuva e segurança;

15. Programar a implantação de pontos de ônibus cobertos, acessíveis, com bancos, iluminação, informações de itinerários e horários dos ônibus em toda cidade.

13. GESTÃO ADMINISTRATIVA DEMOCRÁTICA E EFICIENTE

Diagnóstico e Realidade

Baseado nas informações coletadas, da Matriz SWOT, e a partir da definição de todas as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, com o cruzamento das informações para definir os Objetivos para cada área, levantamos o seguinte diagnóstico.

A gestão pública eficiente é o pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população. Em uma cidade como Campo Grande, com suas peculiaridades socioeconômicas e culturais, a administração pública precisa ser não apenas capaz, mas também visionária e inovadora. O modo petista de administrar considera como eficiente aquele que, além de gerenciar recursos com responsabilidade, consegue implementar políticas e ações que promovam a equidade social, o crescimento econômico sustentável e a preservação ambiental.

Para alcançar essa eficiência, é indispensável que a gestão pública considere as suas peculiaridades e se inspire em modelos e paradigmas que já se mostraram exitosos em outras localidades, desde que possuam perfis semelhantes ao nosso. A análise de casos de sucesso pode proporcionar insights valiosos e adaptáveis às necessidades e aos contextos específicos de Campo Grande. Cidades como Curitiba, com sua excelência em gestão de saúde pública, e Cuiabá, com estratégias econômicas eficazes, são exemplos concretos de como uma administração pública bem estruturada e comprometida pode transformar a realidade local. Adotar práticas comprovadas, ajustadas às demandas locais, ter uma gestão transparente e participativa são elementos cruciais para uma administração eficiente e eficaz.

Neste contexto, a gestão pública não se limita à mera administração de recursos, passa a ser comprometida com a transformação social e o fortalecimento das instituições democráticas. Para isso será preciso coragem para inovar, habilidade para negociar e sensibilidade para ouvir a população.

Para que a administração pública atinja níveis de eficiência e eficácia, é essencial adotar uma abordagem multidimensional, que contemple as diversas áreas estratégicas.

Propostas e Compromissos

1. Implantar o Orçamento Participativo, incentivando a participação popular cidadã nos conselhos municipais, conselhos regionais, comitês e fóruns populares, conferências municipais, audiências públicas e debates; elaboração das políticas públicas de desenvolvimento econômico sustentável e de inclusão social com a participação da sociedade;
2. Instituir uma política de comunicação e informação da população sobre as ações do governo municipal, que considere todos os atores sociais envolvidos com a gestão de políticas públicas, executores e usuários, incluindo formas de relação com os órgãos de imprensa;
3. Promover atividades de formação sobre as políticas sociais, o funcionamento da administração pública, o papel dos canais de participação e a importância da gestão democrática, promovendo uma cultura de participação e defesa de direitos;
4. Regulamentar parcerias na execução de serviços públicos, possibilitando transparência no uso do dinheiro público e controlando a qualidade da prestação dos serviços;
5. Estabelecer parcerias com universidades, centros de pesquisa, escolas de governo e com outros municípios para construção de metodologias e instrumentos de gestão e capacitação de agentes públicos para novos processos administrativos;
6. Estimular a integridade pública por meio de instrumentos que visem fortalecer a gestão, prestar contas à sociedade e prevenir comportamentos antiéticos;
7. Explicitar os projetos da administração municipal, desde sua elaboração, passando pela execução, avaliação e replanejamento, de forma a permitir não só o conhecimento amplo por parte da população, mas a interlocução efetiva com os setores interessados e/ou impactados pelos mesmos;
8. Reconhecer e respeitar o Legislativo Municipal como um poder autônomo, com o qual o Poder Executivo deve se relacionar, bem como estimular os vereadores a acompanhar e dialogar com os debates promovidos nos canais de participação popular;
9. Capacitar os agentes públicos institucionais de todas as áreas do governo para atuarem em consonância com a diretriz da participação popular cidadã e do controle social, para que este

- novo comportamento não seja apenas de responsabilidade de um departamento, secretaria ou coordenação, mas uma prática incorporada por toda equipe de governo;
10. Investir no uso intensivo e apropriado das tecnologias de informação e comunicação para implementar modelos de gestão eficientes, eficazes e democráticos, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e aos serviços públicos, buscando transparência e controle social;
 11. Revisar a estrutura administrativa do governo, dos processos e métodos de gestão, buscando racionalidade administrativa, descentralização de responsabilidades e integração das políticas setoriais, subordinadas às diretrizes políticas comuns a toda a gestão;
 12. Implementar um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos que promova a transparência e a automatização dos fluxos de trabalho, reduzindo o uso do papel;
 13. Promover a descentralização administrativa por meio da implantação dos Centros Regionais de Atendimento ao Cidadão, em cada Região Urbana da capital, visando a facilidade do acesso e a melhoria da qualidade de atendimento aos munícipes. Os Centros Regionais deverão contar com atendentes qualificados e instrumentos informatizados integrados à retaguarda de atendimento dos vários serviços, para que o usuário possa ter todas as suas solicitações atendidas em apenas um ponto de atendimento;
 14. Investir na melhoria e no aperfeiçoamento dos procedimentos com maior impacto na prestação de serviços ao cidadão (ã), no ambiente físico e comportamental e nos recursos e metodologias de trabalho, dentro de um programa de modernização administrativa;
 15. Instituir o Programa de Desburocratização municipal, que deve abranger as diversas áreas, com o objetivo de melhorar a gestão e prestação de serviços e facilitar o acesso dos cidadãos (ãs) a estes, potencializando os recursos disponíveis para gestão de políticas públicas;
 16. Integrar todas as bases de dados da prefeitura, de forma a dar condições para a rápida tomada de decisões, otimizando a sinergia e a matricialidade das ações de governo;
 17. Incrementar o serviço da Ouvidoria municipal como instrumento de controle social da gestão e de recebimento de denúncias e reclamações referentes a serviços solicitados e não atendidos, integrado a toda a gestão dos serviços prestados ao cidadão (ã), visando o aprimoramento de procedimentos, prazos de atendimento, qualidade dos serviços públicos, entre outros;
 18. Implementar uma política de valorização dos servidores públicos municipais, para que seja garantida a reposição das perdas salariais, dialogando com o funcionalismo, os sindicatos e entidades que representam as categorias;

19. Investir em um processo de educação continuada e no desenvolvimento de competências dos agentes públicos para o atendimento e a prestação de serviços com qualidade junto à população, por meio da apropriação de um novo modo de pensar e agir dos agentes e gestores públicos.

Ciência e Tecnologia

1. Governar considerando dados de pesquisas universitárias produzidas no Mato Grosso do Sul, a fim de transformar as pesquisas acadêmicas de relevância em políticas públicas;
2. Estudo e implementação de captação de recursos e infraestrutura para o ParkTec em Campo Grande;
3. Incentivar projetos inovadores e de sustentabilidade em parcerias com as Instituições de Pesquisa e Inovação no município;
4. Fortalecer a AGETEC para o planejamento e coordenação das atividades relacionadas a inovação e eficiência de processos de informatização de serviços municipais; promover estudos de ações de Cidades Inteligentes em saúde, educação, segurança e mobilidade urbana;
5. Centros de Inclusão Digital: ampliar espaços públicos com acesso gratuito à internet e equipamentos tecnológicos para a população; oferecer cursos e oficinas para ensinar o uso de tecnologias básicas a todas as faixas etárias;
6. Incentivar a realização de eventos científicos e culturais na cidade que possam impulsionar negócios e a economia local. Além disso, incentivar a execução de mostras científicas e atividades correlatas em feiras, parques, praças e avenidas da cidade em parceria com instituições de ensino e órgãos do governo estadual e federal;
7. Apoiar ações de Sustentabilidade e Tecnologias Verdes, destacando: apoiar o uso de Energia Renovável, Promover Gestão Inteligente de Resíduos, Monitorar Qualidade do ar e fazer Gestão e Qualidade da água, dentre outras;
8. Digitalização de serviços públicos por meio de plataformas digitais para facilitar o acesso a serviços públicos, como agendamentos, pagamentos e atendimento ao cidadão, bem como a empresas.